

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO RURAL -
PLAGEDER**

CLAUDIA HEIN DA SILVA

**PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE ARROIO DOS RATOS - RS**

Arroio dos Ratos

2013

CLÁUDIA HEIN DA SILVA

**PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE ARROIO DOS RATOS - RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil

Co-orientador: Prof. Maycon NoreMBERG Schubert

Arroio dos Ratos

2013

CLAUDIA HEIN DA SILVA

**PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE ARROIO DOS RATOS – RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Aprovado com Conceito (A)

Professor. Doutor. Paulo Dabdab Waquil

Orientador

UFRGS

Professor. Doutor. João Armando Dessimon Machado

UFRGS

Professor. Doutor. Jean Philippe Palma Révillion

UFRGS

Porto Alegre, 18 de junho de 2013.

Dedico à minha filha Rafaella, minha verdadeira e inesgotável fonte de amor, perseverança, coragem...

AGRADECIMENTOS

Certamente estes parágrafos não irão contemplar a todas as pessoas que fizeram parte dessa importante caminhada que estou concluindo. Portanto, desde já peço desculpas àquelas que por ventura deixei de mencionar, mas elas podem estar certas de que fazem parte do meu pensamento e de minha gratidão.

Primeiramente agradeço aos professores, orientadores, tutores, colegas e amigos, que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

Um especial agradecimento ao meu orientador Paulo Waquil e co-orientador Maycon Schubert, pois através da dedicação e das orientações prestadas, os mesmos instigaram-me a realizar um trabalho cada vez melhor.

Não poderia deixar de agradecer à tutora Fátima Tassinari, pois a mesma me apresentou o PLAGEDER e nos momentos críticos, acreditando no meu potencial, me incentivou a continuar.

Agradeço à Secretária da Educação do município de Arroio dos Ratos (2008/2012), Marianita Fortes, pois através desta, obtive o incentivo para abordar o Programa de Alimentação Escolar neste trabalho.

Agradeço ao Secretário da Agricultura e Meio Ambiente de Arroio dos Ratos (2013/2016), Júlio Cezar de Carvalho, pela paciência e pela importante colaboração prestada.

Agradeço a preciosa colaboração da Diretora e dos responsáveis pelo preparo da alimentação escolar da EMEF Osvaldo Cruz, respectivamente: Ana Azzi, Bruna e Anselmo.

Também agradeço às funcionárias da Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos, Carla Antunes e Maria Celoi, pois as mesmas contribuíram de forma excepcional na busca por documentos e informações necessárias ao trabalho.

Agradeço imensamente aos extensionistas Gema D'Agostini e Vitório Maia que desde o início do curso, me receberam no escritório local da EMATER e de forma incansável, gentilmente contribuíram e incentivaram meu aprendizado.

E por fim, não poderia deixar de agradecer ao município de Arroio dos Ratos e seus agricultores familiares que me receberam de forma gentil e hospitaleira, colaborando com informações necessárias para a realização deste.

A todos vocês, o meu muito obrigado

RESUMO

A agricultura familiar ganhou relevância pela valorização do meio rural, pois a mesma vem demonstrando a possibilidade de unir o rendimento econômico e social colaborando para uma melhoria nas condições de vida tanto dos agricultores familiares, quanto das populações urbanas. Observa-se, entretanto, a necessidade dos agricultores familiares em geral, de enfrentar e superar vários obstáculos, especialmente no que se refere à difícil comercialização dos produtos, sendo esse sem dúvida, um dos mais importantes desafios na atualidade, principalmente para o agricultor familiar. Desta maneira, buscou-se conhecer os fatores limitantes para uma maior participação dos agricultores familiares do município de Arroio dos Ratos, no fornecimento de produtos para a alimentação escolar local, considerando que essa atividade trata-se de uma oportunidade de desenvolvimento não só para os agricultores familiares, mas também para o município, gerando assim maior retorno financeiro na economia local. Para tanto, adotou-se a pesquisa de campo, de cunho exploratório com abordagem qualitativa. Através de 14 entrevistas semi-estruturadas, distribuídas entre o grupo de produtores participantes e não participantes do Programa, e também gestores/servidores municipais, por estarem diretamente envolvidos na alimentação escolar local, verificou-se a atuação dos atores locais na comercialização para o PNAE. Dentro desse contexto, percebeu-se a necessidade de se ampliar as condições para uma maior participação dos agricultores familiares ao mercado local, bem como regional. Apurou-se também a expectativa do governo municipal em fortalecer ou incentivar a participação da agricultura familiar local no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com vistas a possibilitar o desenvolvimento sócio-econômico dos agricultores familiares locais. Constatou-se que o PNAE contribui com a geração de renda nas propriedades rurais locais, entretanto, enfrenta entraves como a falta de organização dos agricultores locais, bem como a carência de estratégias competitivas, administrativas e tecnológicas dos mesmos, além das dificuldades estruturais das escolas do município. É importante registrar que tais fatos, acabam por limitar tanto a participação dos agricultores, quanto a quantidade de produtos entregues para a alimentação escolar local. Aliado a isso, também se observou como potencialidade, a agregação da diversidade local à cooperativa apícola já existente no município.

Palavras chave: Agricultura Familiar – Mercados e Comercialização – Programa Nacional de Alimentação Escolar

ABSTRACT

Family farming has also gained the appreciation of the countryside, because it has demonstrated the possibility of joining the economic and social performance contributing to an improvement in the living conditions of both the farmers, as urban populations. It is observed, however, the need of farmers in general, face and overcome many challenges, starting with the difficult marketing of production, which is undoubtedly one of the most important challenges today, especially for the family farmer. Thus, we sought to know the limiting factors for increased participation of farmers in the municipality of Arroio dos Ratos, the supply of foodstuffs for local school, considering this is a development opportunity not only for family farmers but also for the city, since the chance of higher returns in the local economy. Therefore, we adopted the search field of exploratory qualitative approach. Through 14 semi-structured interviews, distributed between the producers group participants and non-participants of the program, as well as managers / municipal employees, because they are directly involved in school feeding site, it was the actions of local actors in the marketing for PNAE . Within this context, we realized the need to broaden the conditions for greater participation of farmers in the local market as well as regional. It was also the expectation of the municipal government to strengthen and encourage the participation of local family farming in the National School Feeding (PNAE), in order to enable the socio-economic development of the local farmers. Reached the conclusion that the PNAE contributes to income generation in local farms, however, faces obstacles such as the lack of organization of local farmers, as well as the lack of competitive strategies, administrative and technological thereof, beyond the structural difficulties schools in the municipality. Facts that ultimately limit both the participation of farmers, as the amount of product delivered to the school feeding site. Observed as a potentiality, the aggregation of local diversity to existing beekeeping cooperative in the municipality

Keywords: Family farming - Markets and commercialization - School Feeding Program

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Cozinha de uma das escolas municipais de Arroio dos Ratos	47
Figura 2: Almoço servido aos escolares participantes do Programa Mais Educação.....	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Escolas e quantidade de alunos matriculados em Arroio dos Ratos.....	31
Tabela 2: Escolas e total de alunos participantes do Programa Mais Educação em Arroio dos Ratos	32
Tabela 3: Estrutura Fundiária de Arroio dos Ratos	33
Tabela 4: Produção agrícola em Arroio dos Ratos -2006/2010	36
Tabela 5: Produtos cultivados pelos entrevistados no município de Arroio dos Ratos	39
Tabela 6: Variedades e quantidades entregues anualmente pela agricultura familiar e demandadas pela Alimentação Escolar de Arroio dos Ratos	44
Tabela 7: Produtos e quantidades adquiridos de cooperativas ou organizações familiares de outras localidades	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CAE: Conselho de Alimentação Escolar
CEASA: Central Estadual de Abastecimento
CEPLAC: Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira
CONSEA: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COOAPISUL: Cooperativa Apícola do Sul
COOPAC: Cooperativa dos Assentados de Charqueadas
DAP: Declaração de Aptidão ao PRONAF
EMATER: Empresa Brasileira de Assistência Técnica Rural
EMEF: Escola Municipal de Ensino Fundamental
EMEI: Escola Municipal de Educação Infantil.
FLV: Frutas, Legumes e Verduras
FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH: Índice de Desenvolvimento Humano
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
MERCOSUL: Mercado Comum do Sul
MG: Minas Gerais
PIB: Produto Interno Bruto
PLAGEDER: Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural
PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar
PR: Paraná
PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RS: Rio Grande do Sul
SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SMEC: Secretaria Municipal da Educação e Cultura
UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.2	OBJETIVOS	14
1.2.1	Objetivo geral	14
1.2.2	Objetivos específicos	14
1.3	JUSTIFICATIVA	14
1.4	METODOLOGIA.....	16
2	REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS	18
2.1	AGRICULTURA FAMILIAR	18
2.2	MERCADOS E COMERCIALIZAÇÃO	19
3	A AGRICULTURA FAMILIAR E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS	22
3.1	MERCADOS E ALGUMAS MUDANÇAS NO CENÁRIO ECONÔMICO E DE CONSUMO	23
3.2	MERCADOS INSTITUCIONAIS E O PNAE	25
3.3	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)	27
4	BREVE CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARROIO DOS RATOS	30
4.1	CARACTERIZAÇÃO AGRÍCOLA DO MUNICÍPIO DE ARROIO DOS RATOS	33
5	RESULTADOS DA PESQUISA	37
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
	REFERÊNCIAS	56
	APÊNDICE A: Roteiros de Entrevistas	60
	ANEXO A: Modelo de DAP	64
	ANEXO B: Modelo de Chamada Pública	65

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou conhecer os fatores limitantes para uma maior participação da agricultura familiar de Arroio dos Ratos no fornecimento de produtos para a alimentação escolar local, município esse que localiza-se na região carbonífera do estado do Rio Grande do Sul-RS, distante 55 km da capital, Porto Alegre. Segundo o último censo, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a população urbana de Arroio dos Ratos conta com 12.956 habitantes, e a área rural com 650 habitantes.

Através de trabalhos realizados em disciplinas do curso Superior de Tecnologia em Desenvolvimento Rural (PLAGEDER), pode-se observar entre os agricultores familiares do município, certa dificuldade para encontrar caminhos de inserção e consequente participação na comercialização de seus produtos no mercado local e também regional. Ao refletir em uma intervenção, visando amenizar, ou mesmo solucionar esse problema, perceberam-se maiores possibilidades no mercado institucional, devido a esse apresentar-se como uma oportunidade para a inserção e uma maior participação desses agricultores no mercado local. Essa participação se daria através da comercialização dos seus produtos para a alimentação escolar através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Apesar de ter mais de 50 anos de existência, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) só teve seu marco legal [Lei 11.947] sancionado em 2009, graças à mobilização da sociedade civil, sobretudo por meio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Desde 1994, a gestão da merenda funciona de forma descentralizada, ou seja, sob a responsabilidade de estados e municípios. (AÇÃO FOME ZERO, 2013)

O PNAE tem o objetivo de proporcionar um cardápio escolar que atenda às necessidades nutricionais dos estudantes enquanto permanecem na escola, contribuindo para a prática de hábitos alimentares saudáveis e o melhor desempenho de seu aprendizado.

A sociedade acompanha e fiscaliza o programa por meio de conselhos, do tribunal de contas e do ministério público, dentre outras instituições. Os recursos para o provimento deste programa provêm do Tesouro Nacional, e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) cabe efetuar a transferência dos recursos aos estados e municípios, que têm a obrigação de dar suporte técnico e administrativo, mas também são desafiados a complementar e ampliar os recursos provindos do Governo Federal. Com a aprovação da Lei 11.947/2009, este programa se reveste de uma importância estratégica para os agricultores

familiares, pois, a lei obriga o gestor público a adquirir da agricultura familiar local, pelo menos, 30% de toda a alimentação consumida nas escolas. (AÇÃO FOME ZERO, 2013)

O PNAE tem caráter suplementar, como prevê o artigo 208, inciso IV e VII, da Constituição Federal, quando coloca que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: União, estados e municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia de "atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade" (inciso IV) e "atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (inciso VII). (BRASIL, CONSTITUIÇÃO, 1988)

Os recursos do PNAE destinam-se à compra de alimentos pelas secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal e pelos municípios, o repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no censo escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. (AÇÃO FOME ZERO, 2013)

Desta maneira então, o PNAE mostra-se, uma real oportunidade aos agricultores do município de Arroio dos Ratos de participar do mercado local. No entanto, conforme já mencionado, através de estudos realizados anteriormente neste município (SMEC, 2013 [s.Ed]), obteve-se informações de que a participação dos agricultores familiares à comercialização para o PNAE mostra-se insuficiente, tanto no número de agricultores participantes, quanto na diversidade de produtos entregues para a alimentação escolar local. Isso acontece porque segundo a Secretária de Educação do município, a oferta de produtos da agricultura familiar local, não supre a diversidade demandada pelas escolas, principalmente em relação aos produtos agro industrializados, destacando-se entre estes últimos os produtos lácteos, demandados em grande escala nas escolas do município.

No cenário nacional sabe-se que a agricultura familiar em geral e seus agricultores enfrentam várias limitações ao desenvolvimento de suas práticas, bem como ao seu desenvolvimento sócio-econômico, e para os agricultores familiares de Arroio dos Ratos, não é diferente. Assim surgiu a problemática deste trabalho, ou seja, precisamente no município de Arroio dos Ratos, quais seriam os fatores limitantes à participação dos agricultores familiares na comercialização para a alimentação escolar?

Na busca por respostas, investigaram-se então os fatores limitantes, e de posse dos resultados obtidos buscou-se possibilidades de superação destes limitantes, com vistas a contribuir para a solução adequada.

Desta forma, no capítulo um, busca-se introduzir o tema e situar o leitor no contexto a ser estudado, nesse capítulo também se encontram os objetivos que norteiam o estudo, bem como se justifica a importância de investigar a problemática proposta. No capítulo dois, são apresentados os referenciais bibliográficos referentes ao tema, no três encontram-se breves abordagens sobre a agricultura familiar, mercados e comercialização e também o mercado institucional e o PNAE. No capítulo quatro, apresenta-se uma breve caracterização do município de Arroio dos Ratos, bem como um rápido relato breve a respeito da situação agrícola desse município. Por fim, aborda-se no capítulo cinco, a análise dos dados obtidos através do estudo dos casos propostos, e, finalmente no capítulo seis, expõe-se as considerações finais sobre a investigação realizada.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Investigar e descrever os fatores limitantes à participação dos agricultores familiares de Arroio dos Ratos à comercialização de produtos para a alimentação escolar.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Apurar e relacionar a quantidade e diversidade de produtos entregues pelos agricultores locais com as demandadas pelas escolas;
- b) Identificar e contextualizar os fatores limitantes, perspectivas e potencialidades para a entrega da alimentação escolar;
- c) Captar as dificuldades dos agricultores em participar do PNAE;
- d) Avaliar a expectativa do governo municipal em fortalecer ou incentivar a participação no PNAE.

1.3 JUSTIFICATIVA

Esta abordagem justifica-se pela necessidade de se ampliar as condições para uma maior participação dos agricultores familiares de Arroio os Ratos ao mercado local, bem como regional, aumentando assim, as possibilidades e perspectivas do desenvolvimento

sócio-econômico dos mesmos. Entretanto, para que isso ocorra, entre outras ações, se faz necessário conhecer os fatores limitantes para a participação dos agricultores familiares do município ao PNAE, por considerar-se esta, uma oportunidade de desenvolvimento não só para os agricultores familiares locais, mas também para o município, visando também maior retorno financeiro na economia local. Também é oportuno registrar que observa-se a possibilidade de ampliar as ações locais em prol do desenvolvimento dos agricultores, bem como do município em questão.

Num âmbito geral, sabe-se que a entrega da produção para a alimentação escolar, mostra-se um incentivador da agricultura familiar em várias regiões do país, pois se trata de um canal de comercialização que garante aos agricultores familiares o escoamento da produção através da venda direta.

Ressalta-se também, a capacidade do Programa de contribuir com a melhoria de vida da família rural, bem como a manutenção e geração de empregos, da valorização da agricultura como geradora de riqueza, renda e qualidade de vida.

Para tanto, cita-se como exemplo, o caso do município de Rolante (RS), aplicando-se este, a todos os municípios brasileiros que se organizaram e se prepararam para utilizar os recursos do programa. Segundo Triches (2010), no município de Rolante (RS), a alimentação escolar até 1998, recebia produtos industrializados diretamente do governo federal, entretanto, os alimentos recebidos, além de terem uma baixa aceitabilidade, já vinham prestes a vencer. Ainda segundo a autora, as escolas que na época eram pequenas e localizavam-se predominantemente, no meio rural, tinham as refeições preparadas pelos próprios professores, muitos deles utilizavam alimentos produzidos em suas próprias casas ou os da horta da escola, a fim de melhorar o sabor e a aceitabilidade dos produtos recebidos pelo governo federal.

No ano de 1996, iniciaram-se as discussões e adequações para a descentralização do Programa de Alimentação Escolar. Com a descentralização e constituição do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), Rolante passou a ser o gestor do recurso federal para a aquisição de gêneros para abastecer as Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF) e de Educação Infantil (EMEI). As entregas eram realizadas nas escolas urbanas e na prefeitura, para logo após serem distribuídas às escolas rurais. A periodicidade obedecia ao cardápio elaborado por nutricionista, que priorizava a sazonalidade dos itens, bem como a vocação agrícola e o hábito alimentar do local. Ainda segundo Triches (2010), atualmente, todos os

alimentos fornecidos para o Programa são provenientes de fornecedores locais. (TRICHES, 2010, p.121)

Em relação ao município de Arroio dos Ratos, após algumas investigações, constatou-se que a variedade de produtos entregues pela agricultura familiar local mostra-se aparentemente limitada às demandas das escolas, isso devido os agricultores locais ainda não dispõem de alguns produtos demandados pelos escolares.

Este trabalho terá como ponto central a investigação dos fatores limitantes para a entrega de uma maior variedade, bem como maior quantidade de produtos para a alimentação escolar local. Justificando-se ainda este estudo, pela expectativa de que o mesmo poderá contemplar futuramente todos os municípios da região carbonífera, pois uma reflexão através da consulta e leitura dele, possibilitará que as prefeituras avaliem e melhorem a participação dos seus agricultores locais na alimentação escolar.

Também se espera através dos resultados obtidos com esta pesquisa, subsidiar os gestores públicos municipais e agricultores familiares com informações atuais e relevantes, visto que o aumento da demanda por produtos funcionais e nutritivos faz com que a concorrência aumente e se qualifique a cada dia, e esse fato exige atenção de todos os envolvidos, bem como disposição em adequar-se. Desta maneira, busca-se a possibilidade de utilizar os conhecimentos teóricos adquiridos no decorrer do curso, para orientação e incentivo aos atores sociais locais envolvidos na questão, auxiliando-os e adaptando-os às necessidades do mercado, levando em consideração, não somente a relevância econômica para as famílias agricultoras, mas a segurança alimentar da população local.

1.4 METODOLOGIA

Para o estudo de caso proposto, adotou-se a pesquisa de campo como procedimento, tal método, segundo Fonseca (2002 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009 p. 37), caracteriza-se pelas investigações em que, “além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas com o recurso de diferentes tipos de pesquisa [...]”. Para contextualizar o Programa Nacional de Alimentação Escolar, foram utilizados além de pesquisas eletrônicas e bibliográficas, documentos oficiais e legislações.

A pesquisa foi de cunho exploratório com abordagem qualitativa, pois conforme Silveira e Córdova (2009, p. 31), a pesquisa qualitativa “não se preocupa com a

representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, [...] e se valem de diferentes abordagens”.

Para verificação da atuação dos atores locais na comercialização para o PNAE, a pesquisa foi realizada no município de Arroio dos Ratos (RS), situado na região metropolitana de Porto Alegre, por ter-se observado nesse município, a baixa participação da agricultura familiar na entrega de produtos para a alimentação escolar local. A escolha desse município também se deu pela disposição dos seus gestores em incentivar e adquirir produtos da agricultura familiar local. Para tanto, foram inquiridos representantes de dois grupos, sendo, um grupo de produtores, e outro grupo de gestores/servidores públicos. Contabilizando os informantes, foram realizadas 14 entrevistas, distribuídas entre o grupo de produtores (08 produtores), sendo quatro produtores participantes do Programa, e quatro não participantes, essa escolha se deu visando uma melhor comparação entre as dificuldades e limitações enfrentadas por ambos os grupos. Também foram inquiridos gestores/servidores municipais (06 gestores/servidores que atuam na Secretaria Municipal da Educação, Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, EMATER e escolas municipais locais), por estarem diretamente envolvidos na alimentação escolar local. As informações foram captadas por meio de entrevistas semi-estruturadas, cujos roteiros foram organizados a partir do referencial teórico e dos objetivos propostos, um com questões direcionadas para os agricultores familiares, e outro direcionado aos gestores/servidores da Secretaria Municipal da Educação e Cultura (SMEC), Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, técnicos da EMATER local. Também foram entrevistadas merendeiras de escolas municipais (APÊNDICE A). Isto, objetivando investigar, descrever, compreender e explicar tanto os fatores limitantes à participação dos agricultores familiares à comercialização para a alimentação escolar, quanto às perspectivas e potencialidades para a entrega dos produtos para a alimentação escolar.

Ressalta-se que a pesquisa ocorreu no perímetro urbano e rural do município, onde através da observação não participativa e dos dados obtidos nas entrevistas, realizou-se a análise de conteúdo considerando os objetivos estabelecidos nessa pesquisa.

2 REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

Para a agricultura familiar de Arroio dos Ratos, parece clara a importância em participar desse que se tornou um importante mercado. Conforme observado por Conti (2009, p. 48), devido ao número de estudantes da rede pública, estar a nível nacional ultrapassando 47 milhões, “a demanda por produtos alimentícios da agricultura familiar está aumentando significativamente e, com isso, dinamiza toda a cadeia produtiva, desde a produção até o consumo de alimentos saudáveis”. Desta maneira, a participação neste crescente mercado, mostra-se uma real oportunidade de integração e desenvolvimento, tanto para a agricultura familiar, quanto para os agricultores familiares locais.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar ganhou relevância pela valorização do meio rural, pois a mesma vem demonstrando a possibilidade de unir o rendimento econômico e social colaborando para uma melhoria nas condições de vida tanto dos agricultores familiares, quanto das populações urbanas.

Existem vários conceitos de agricultura familiar que nos levam a várias concepções, assim, em termos teóricos, a expressão “agricultura familiar”, é originalmente muito genérica e polêmica, devido às diversidades e particularidades existentes no segmento. Quando se analisa o cenário em que se insere a agricultura familiar, observa-se que os problemas são diferentes para cada região.

Algumas tentativas de conceituar agricultura familiar apontam para o entendimento de ser esta, “a agricultura onde a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 1999 apud PELEGRINI; GAZOLLA, 2008 p. 66). A mesma autora assegura que, mesmo na sociedade contemporânea permanecem formas do campesinato tradicional, ainda que parte da agricultura familiar tenha se mercantilizado e se inserido em cadeias produtivas altamente tecnificadas, a mesma conserva traços deste campesinato

Ao observar a agricultura familiar de Arroio dos Ratos, esta afirmação parece se confirmar, pois a maioria dos colonizadores deste município tem origens na agricultura familiar. E esses, mantendo suas tradições e costumes, deram início ao desenvolvimento das atividades agrícolas, por ocasião do término da extração carbonífera neste município,

mantendo inclusive características que segundo Fröhlich *et al.*, (2009) são principais, ou seja, os empreendimentos familiares:

São administrados pela própria família; e neles a família trabalha diretamente, com ou sem o auxílio de terceiros. [...] a gestão é familiar e o trabalho é predominantemente familiar. [...] um estabelecimento familiar é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e uma unidade de consumo; [...] ele constitui uma unidade de produção e de reprodução social. (FRÖHLICH *et al.*, 2009, p. 17)

Pelegri e Gazolla (2008, p. 70), garantem ainda que a atual agricultura familiar seja extremamente “dinâmica do ponto de vista econômico e social, abarcando uma diversidade muito grande de sistemas produtivos, de tipos de inserção mercantil, de vínculos intersetoriais”, sendo capaz de reproduzir-se incorporando as inovações e o progresso tecnológico em larga escala. Os mesmos autores mencionados acima, percebem a agricultura familiar como uma “forma social que se constitui na base do desenvolvimento rural da sociedade brasileira e dos países capitalistas avançados”.

Entretanto, para os agricultores familiares de Arroio dos Ratos, a realidade é outra, pois os mesmos enfrentam várias limitações na cadeia produtiva como um todo, destacando-se a carência de políticas públicas de incentivos adequadas principalmente aos agricultores descapitalizados. A burocracia existente ocasiona o difícil acesso dos pequenos agricultores aos programas governamentais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), entre outros. Esses programas deveriam ser uma oportunidade, no entanto, a burocracia torna uma limitação, desestimulando os produtores, e conseqüentemente ocasionando a desistência dos mesmos em participar, pois através deles, seria possível investir na melhoria das propriedades e no aumento da produção diversificada. Importante ressaltar que tais fatos, acabam por influenciar na inaptidão dos agricultores familiares locais, tanto e inserção, quanto de explorar o potencial do mercado local (EMATER/RS, 2012).

2.2 MERCADOS E COMERCIALIZAÇÃO

As atividades econômicas geralmente caracterizam-se pela especialização e pela troca, isso devido à impossibilidade de total autonomia dos indivíduos, empresas e regiões em desenvolver ao mesmo tempo todas as atividades exigidas pelas demandas. Desta maneira, percebe-se explícita a necessidade de especialização em cada setor da sociedade, e

neste caso específico, da agricultura familiar, Waquil, Miele e Schultz (2010, p. 9), admitem que “as sociedades com especialização e troca de bens e serviços atingem maior nível de produção, e sua população tende a desfrutar de um melhor padrão de vida”. Os autores lembram que isto ocorre, até mesmo quando comparadas a sociedades primitivas auto-suficientes.

Todavia, a dificuldade dos agricultores familiares de Arroio dos Ratos em enfrentar os desafios do mercado pode ser devido a vários fatores, mas pode ser principalmente pela falta de diversificação capaz de suprir a demanda das escolas, com uma maior diversidade de produtos. Ressalta-se que a falta de diversificação, diz respeito principalmente à inexistência de produtos agroindustrializados localmente, considerando que este último, conforme Pelegrini e Gazolla (2008, p. 76), se constitui numa “prática inerente às unidades de produção familiares”. Os autores salientam a importância da agroindustrialização local, pois, “[...], através de pequenas agroindústrias, alguns grupos de agricultores familiares estão construindo uma estratégia para manterem-se no meio rural, agregando valor ao produto agropecuário e, conseqüentemente, aumentando a renda familiar”.

E assim, ratificando a importância da presença dos mercados, e da importância em participar dos mesmos, Waquil, Miele e Schultz (2010, p. 10), lembram que mesmo em “economias socialistas ou em períodos de crise financeira mundial onde há maior intervenção do Estado, existem mercados para a troca de bens e serviços”.

Pelegrini e Gazolla (2008, p. 133), definem mercado como: “local em que se encontram compradores e vendedores para transacionar um produto, um bem ou um serviço agropecuário (ou agroindustrial) qualquer, a um determinado preço, levando em conta uma determinada quantidade a ser negociada”. No tocante à comercialização, esses autores a interpretam como: “os diferentes canais de comercialização e mercados pelos quais um produto agropecuário [...] passa, desde a sua origem inicial junto ao agricultor até o seu consumidor final, podendo, neste “caminho” de um até o outro, passar por vários outros agentes [...]”.

No entanto, Waquil, Miele e Schultz (2010, p. 11), sugerem uma conceituação mais ampla, onde mercado pode ser entendido “como uma construção social, como um espaço de interação e troca, regido por normas e regras [...], onde são emitidos sinais [...] que influenciam as decisões dos atores envolvidos”. Estes mesmos autores, no tocante à comercialização, também consideram que o conceito de comercialização distancia-se do conceito de “simples venda dos produtos agrícolas devido a sua amplitude e complexidade”,

e que “os agricultores inserem-se nos mercados com o objetivo de vender sua produção e obter lucro”.

O exposto acima se aplica também para a comercialização principalmente para o mercado institucional, e neste caso em específico, o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Ressalta-se que para o mercado institucional, as normas e regras são fundamentais, entretanto, não necessita de um local físico para que se dê o encontro entre compradores e vendedores, já que os agricultores familiares ou suas organizações apresentam a proposta de venda através de instrumento oficial, disponibilizado pelo FNDE, visando facilitar a participação dos agricultores.

3 A AGRICULTURA FAMILIAR E O ABASTECIMENTO ALIMENTAR

Este capítulo traz uma síntese sobre a agricultura familiar frente ao abastecimento alimentar, também aborda brevemente os mercados, descrevendo algumas mudanças ocorridas no cenário econômico, discorrendo brevemente sobre a dinâmica do comércio e do consumo de produtos agropecuários.

O conceito de agricultura familiar segundo Conti *et al.*, (2006), surgiu no final do século XX devido à necessidade de se caracterizar e compreender esse tipo particular de agricultura, que tem sido para muitos trabalhadores a principal atividade geradora de trabalho, renda, alimentos e dignidade. Na agricultura familiar, o processo produtivo é conduzido por pessoas que trabalham a terra dando destaque para a diversificação da produção, entretanto, levando em consideração a sustentabilidade dos recursos com vistas à qualidade de vida. O autor ressalta ainda, que esse tipo de agricultura no Brasil é responsável por mais de 40% do valor bruto da produção agropecuária e suas cadeias produtivas correspondem a 10,1% de todo Produto Interno Bruto (PIB) nacional. (CONTI *et al.*, 2006, p. 108)

Em contrapartida, Triches (2010, p. 66) lembra que “o agronegócio é um dos principais pilares da economia brasileira”, considerando que este último, responde por “um em cada três reais gerados no País sendo assim responsável por 33% do Produto Interno Bruto (PIB) 42% das exportações totais e 37% dos empregos brasileiros”. Ainda segundo a autora, a produção de alimentos que compõem a dieta alimentar básica da população brasileira, tem origem principalmente, na agricultura familiar e responde em média a 70% do abastecimento interno de alimentos.

No Brasil, a partir da década de 1990, observa-se um crescente interesse pela agricultura familiar, e esse interesse materializou-se através de políticas públicas, entre elas o PRONAF e a criação do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). Conforme o exposto no artigo da Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira, a formulação das políticas favoráveis à agricultura familiar e à Reforma Agrária, “obedeceram em boa medida às reivindicações das organizações de trabalhadores rurais e à pressão dos movimentos sociais organizados”. (CEPLAC [s.d.]) Haja vista, que apesar da agricultura familiar ser praticada há muito mais tempo, a mesma só encontrou espaço nos debates travados a partir da década de 1990, e mesmo assim, segundo Villa Real (2011 p. 57) a pequena produção continua sendo marginalizada, apesar da boa participação na produção

agropecuária brasileira. Ainda segundo Villa Real (2011, p. 58), este fato se deve grandemente à adoção dos alimentos processados, estes utilizados como estratégias de exportação, pois conforme Wilkinson (2003 apud VILLA REAL, 2011 p. 58) “Tal deslocação da produção agrícola para médios e grandes produtores tem a ver com as exigências maiores de logística e qualidade”.

Desta maneira então, destaca-se a importância do mercado institucional, neste caso o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em que são priorizadas as aquisições de produtos diretamente da agricultura familiar, objetivando assim, fomentar tanto a produção quanto o consumo de produtos produzidos localmente. Interessante frisar que até bem pouco tempo, a agricultura familiar era conhecida como agricultura de subsistência, entretanto, mesmo que ainda apresente como característica a relação trabalho/gestão, realizado por indivíduos pertencentes ao núcleo familiar, com o surgimento de políticas públicas que visam à melhoria de vida desses agricultores, essa atividade já vem sendo vista com outros olhos. E também segundo Gavioli (2011), adquirindo novas conotações “associadas não apenas aos aspectos produtivos, mas também à conservação dos recursos naturais e dos territórios rurais”, isto em reconhecimento de sua multifuncionalidade.

3. 1 MERCADO E ALGUMAS MUDANÇAS NO CENÁRIO ECONÔMICO E DE CONSUMO

Em todas as sociedades, as atividades econômicas caracterizam-se pela especialização e pela troca, e as formas de se organizar a troca de bens e serviços e a especialização da produção nas sociedades, são através de sistemas econômicos (WAQUIL; MIELE; SCHULTZ. 2010 p. 9). Ainda segundo esses autores, basicamente, os sistemas econômicos apresentam três tipos, sendo: economias planejadas ou socialistas, neste há um planejamento central, no qual o governo e os órgãos estatais determinam as principais decisões econômicas sobre o que, quanto, como e para quem produzir. Outro tipo é o sistema de mercados, no qual essas decisões são tomadas de forma individual por empresas e famílias, havendo liberdade de escolha.

Entretanto, a maioria das sociedades modernas adota o terceiro sistema, ou seja, o sistema econômico misto, algumas sociedades optam pelo sistema misto, por ele ser propenso a um maior liberalismo econômico, devido a pouca ação do Estado, e outras a um maior

controle estatal, em que a participação da iniciativa privada é menor, e a regulamentação pública é maior (WAQUIL; MIELE; SCHULTZ, 2010, p. 10).

Busca-se nesse comentário inicial, mostrar a importância dos mercados nas sociedades atuais, por ser através destes mercados, e dos preços neles praticados, que, tanto compradores quanto vendedores, tomam suas decisões. Quanto ao acesso aos mercados, identificam-se pelo menos quatro formas tradicionais que são o direto, sobretudo no caso do mercado local (informal), o acesso através de intermediação via atravessador, o acesso via integração com a agroindústria, e também o acesso através das compras por parte do poder público.

Vale ressaltar que o atravessador continua, mas é crescentemente substituído pelos supermercados, e esses, em termos de classificação, apresentam exigências cada vez maiores, isso se considerando a forma como os produtos são diferenciados, segundo Zuin e Queiroz (2006 apud WAQUIL; MIELE; SCHULTZ, 2010, p. 12), “De um lado, estão as mercadorias em estado bruto, ou com um grau muito pequeno de industrialização e baixo grau de diferenciação”. Ainda segundo os autores, “Enquadra-se nesta categoria a maioria dos produtos da agropecuária, como os grãos, os FLVs (Frutas, Legumes e Verduras ou hortaliças), os animais para abate, leite e ovos”, enquanto que a agroindústria, por sua vez, também exige patamares mais altos, tanto de qualidade quanto de volume.

Assim, os mercados locais e não comoditários, também chamados por alguns autores de mercados não capitalistas são os canais de comercialização de alimentos que reduzem a distância entre os agricultores e os consumidores finais, viabilizando o contato, a interação e a troca de informações entre ambos. Segundo Wülfing (2002 p.11), geralmente os produtos que abastecem estes mercados são “artesanais, têm produção relativamente limitada e oriunda de regiões delimitadas e próximas, não tendo a sua disposição, canais de distribuição tão eficazes quanto aqueles utilizados pelos mercados comoditários”.

Em relação à distribuição e ao consumo de alimentos, pode-se perceber que estão ocorrendo mudanças relevantes, inclusive a nível mundial, principalmente em relação aos alimentos perecíveis. Notadamente, o setor varejista moderno, vem se fortalecendo como o elo mais importante na cadeia de distribuição de alimentos industrializados e perecíveis, e conforme publicado na revista eletrônica Notícias Agrícolas (2010), “ocupando grande parte do espaço que os fabricantes já ocuparam”. Desse modo, a economia de escala, o capital necessário e os riscos associados, a diferenciação, os níveis de preços praticados e a forte

concorrência na repartição do mercado, acabam por criarem fortes barreiras à entrada de novos concorrentes (MIELE; WAQUIL; SCHULTZ, 2011).

Ressalta-se assim, a tendência de crescimento do mercado de alimentação, pois o mesmo está diretamente associado às mudanças na estrutura de consumo, decorrentes da valorização da qualidade de vida, bem como de um sistema de informação mais eficiente. Essa tendência de expansão parece irreversível, à medida em que ocorre em todo o mundo, destaque-se que neste caso em especial, o mercado brasileiro também vem passando por alterações, estas, provocadas pela estabilização da economia e principalmente, pela mudança de hábitos dos consumidores. Um exemplo dessas modificações é o aumento do consumo de alimentos “in natura”, devido a uma maior atenção dos consumidores à relação alimentos/saúde. Essas mudanças têm levado ao desenvolvimento de produtos que consideram os aspectos qualitativos, a busca de conveniência, a valorização da saúde, entre outros (VILAS BOAS, 2005).

Em decorrência deste processo, é possível observar uma maior segmentação de mercado, criando oportunidades para o consumo de produtos dirigidos aos consumidores de renda mais elevada. Esses últimos oportunizando, inclusive, o surgimento de diferentes tipos de processamento de hortaliças, valorizados justamente por aqueles consumidores que apresentam interesse por novidades na área alimentar para consumo "in natura", por tratar-se de produtos saudáveis e seguros (VILAS BOAS, 2005).

3.2 MERCADOS INSTITUCIONAIS E O PNAE

Em relação às compras do Governo Federal, segundo Wilkinson (2008), as mesmas cederam lugar a licitações para assim, permitir o acesso dos mercados públicos locais, com destaque para a alimentação escolar. Segundo Wülfing (2002, p. 23) o mercado institucional de alimentos resulta da organização de atores e agentes sociais e econômicos, cujo objetivo vem a ser o de viabilizar as compras realizadas pelas diversas esferas do Poder Público, sendo federal, estadual e municipal. Ainda segundo o mesmo autor, a expectativa consiste em atender às necessidades dos programas oficiais voltados à alimentação em escolas, presídios, quartéis, hospitais, restaurantes populares e aos programas de alimentação infantil, distribuição de cestas básicas, entre outros.

O autor, citado anteriormente, afirma ainda ser o mercado institucional um dos mais importantes instrumentos que o poder público possui à sua disposição, devido à capacidade

do mesmo em se tornar um fator dinamizador das economias, possibilitando que produtos locais sejam adquiridos e consumidos localmente. E servindo também para incentivar a construção de mercados locais, bem como promover mudanças não só no sistema produtivo dos agricultores familiares, mas também nos hábitos alimentares dos beneficiados. O mesmo autor também observa que a garantia de mercado proporcionada pelo mercado institucional, vem a ser o estímulo deste último para que os agricultores busquem se estruturar e conquistar até mesmo novos mercados (WÜLFING, 2002 p. 23).

A descentralização, segundo Triches (2010, p. 81) foi instituída a partir de 1988, e se consolidou em 1998 quando a partir de então, a transferência de recursos obteve maior agilidade, pois era realizada automaticamente “sem a necessidade de celebração de convênios ou outros instrumentos similares”.

Em relação ao mercado institucional da alimentação escolar, a municipalização atribui papel fundamental ao poder público local na gestão e execução do programa. Entretanto, segundo Maluf (1999 apud WÜLFING, 2002 p. 24) embora a descentralização da compra de alimentos para a alimentação escolar “tenha permitido a flexibilização do processo de aquisição dos mesmos, viabilizando a participação dos agricultores familiares e suas organizações”, os agricultores familiares e suas organizações ainda enfrentam dificuldades para acessar este mercado. Isto ocorre porque de acordo com Wülfing (2002 p. 24) “a maioria das compras públicas têm sido geridas de forma a favorecer a participação de médios e grandes fornecedores, capazes de atender as exigências constantes nas licitações”.

Conforme Trento *et al.*, (2011) a interferência do Estado nas imperfeições do mercado visam “proteger as populações excluídas desse processo”, servindo também como “alternativa para inclusão dos agricultores, especialmente os mais descapitalizados, e para distribuição de alimentos seguros e saudáveis”. Ainda segundo o mesmo autor, o mercado institucional “é também um canal de comercialização no qual o agricultor familiar e/ou suas organizações comercializam a produção com instituição governamental ou não [...]”. E afirma que a utilização desse canal pela agricultura familiar é comumente fomentada pela ação extensionista, cujo propósito vem a ser “oportunizar a inclusão social e sua inserção nas políticas públicas locais de abastecimento, bem como contribuir com a promoção da soberania alimentar” (TRENTO *et al.*, 2011 p. 29).

No município de Arroio dos Ratos, o principal programa nessa área, vem a ser o Programa de Alimentação Escolar cujos gestores são a Prefeitura, a Secretaria Municipal da Educação e Cultura (SMEC) juntamente com a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio

Ambiente. Esses setores da Administração Pública Municipal contam ainda com o apoio técnico da extensão rural, através da EMATER, que juntos buscam inserir os agricultores familiares do município na comercialização não só para o PNAE, mas para o mercado local em geral.

3.3 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

Ainda que os mercados institucionais e mais especificamente, o PNAE sejam relativamente recentes, já existe uma gama de publicações e análises acadêmicas a respeito disso. Acerca da problemática da produção e consumo de alimentos e o lugar da alimentação escolar, Villa Real (2011) analisa o papel e as potencialidades dos Programas de Alimentação Escolar, para tanto, abordou e descreveu as experiências dos municípios de Rolante (RS), Belo Horizonte (MG) e Fernandes Pinheiro (PR).

A referida autora concluiu que as políticas públicas, tais como o Programa de Alimentação Escolar podem sim, produzir mudanças positivas tanto na produção quanto no consumo de alimentos na sociedade contemporânea, contribuindo desta forma para o desenvolvimento com sustentabilidade. Através do trabalho, Villa Real (2011) constatou que as compras locais, através do Programa de Alimentação Escolar, são consideradas multiplicadoras de forças, beneficiando simultaneamente, as crianças e a economia local.

O presente trabalho não terá enfoque nas políticas públicas, mesmo assim, vem ao encontro da investigação proposta, tendo em vista os fatores limitantes para a participação dos agricultores familiares de Arroio dos Ratos a este importante mercado institucional (PNAE) que, possibilita à agricultura familiar local, além de um canal de comercialização, a consequente participação desses agricultores no mercado.

Em relação às políticas públicas, percebe-se a implantação de programas por vários órgãos governamentais, visando com isso, beneficiar o desenvolvimento econômico dos pequenos produtores rurais e consequentemente, proporcionar qualidade de vida aos mesmos. Entre estes programas encontra-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), cujo objetivo vem a ser proporcionar um cardápio escolar que atenda às necessidades nutricionais dos estudantes, contribuindo também para a prática de hábitos alimentares saudáveis e o melhor desempenho do aprendizado. De acordo com Abreu (1997 apud TRICHES, 2010 p. 80), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), inicialmente, tinha como um dos seus objetivos, “melhorar as condições nutricionais das crianças e

diminuir os índices de evasão e repetência, com a consequente melhoria do rendimento escolar”.

O Programa de alimentação dos escolares, de caráter assistencialista, passa em 1988 a ser efetivo e permanente, tornando-se assim, “um direito constituído e um dever do Estado” (TRICHES, 2010 p. 80). Ainda segundo a autora, até 1994 o gerenciamento do Programa manteve centralizado o processo de aquisição de gêneros alimentícios, esses alimentos em grande parte eram industrializados, pois era do interesse das indústrias e do próprio Governo Federal, sendo este último que realizava o processo licitatório para aquisição, e os alimentos eram distribuídos a todos os municípios do País (TRICHES, 2010, p. 80).

Conforme Spinelli e Canesqui (2002 apud TRICHES, 2010), “a centralização absorveu o maior volume dos recursos financeiros do programa”, e isso acabou por afetar a sua operacionalização bem como a eficácia dos resultados, em consequência de um conjunto de distorções como “sistemas complexos de fornecimento e armazenamento dos produtos, cartelização dos fornecedores, elevação dos custos da merenda”, entre outros. Além disso, vale ressaltar que os alimentos servidos não condiziam com os hábitos alimentares dos escolares, pois os cardápios eram padronizados e, muitas vezes, chegavam aos locais de destino já vencidos e impróprios para o consumo. (SPINELLI; CANESQUI, 2002 apud TRICHES, 2010, p.81)

Em de 16 de junho de 2009, regulamentada pela Resolução nº 38, surge a Lei nº 11.947/2009, esta determina que pelo menos 30% do valor destinado à alimentação escolar brasileira devam ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar (TRICHES, 2010 p. 84).

Art. 14 Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. (BRASIL/FNDE, 2009).

O Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) garante com a alimentação escolar dos alunos da educação infantil e do Ensino Médio, através da transferência de recursos financeiros. O objetivo do Programa consiste em atender as necessidades nutricionais dos alunos, durante a permanência destes em sala de aula, e assim, contribuir para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos

estudantes, contribuindo igualmente para a formação de hábitos alimentares saudáveis. (MANUAL SOBRE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, 2006, p. 11)

Ainda segundo o Manual, até o ano de 2012, o valor per capita repassado pelo governo federal para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), era de R\$ 0,22 por aluno de creches públicas e filantrópicas, sendo este valor também pago por estudante do ensino fundamental e da pré-escola. Já para os alunos das escolas indígenas e também escolas localizadas em comunidades quilombolas, o valor per capita repassado era de R\$ 0,42. Esses recursos são destinados à compra de alimentos pelas Secretarias de Educação dos estados e também do Distrito Federal, bem como dos municípios.

A transferência desses recursos financeiros é realizada através de dez parcelas mensais, a partir do mês de fevereiro, destina-se à cobertura de 200 dias letivos. Correspondendo cada parcela a vinte dias de aula, sendo que do total dos recursos repassados, 70% são destinados à compra de produtos alimentícios básicos, esses semi-elaborados e “in natura”. Para tanto, o cálculo do valor a ser repassado para a entidade executora consiste em: Número de alunos X Número de dias letivos X Valor per capita (MANUAL SOBRE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, 2006 p. 12). Vale aqui ressaltar que a esses recursos repassados pelo governo federal, deve-se somar a contrapartida de cada um dos municípios conveniados, e estes, tem por finalidade implementar o Programa de Alimentação Escolar.

4 BREVE CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARROIO DOS RATOS

No capítulo anterior, buscou-se caracterizar brevemente o mercado, a relevância dos mercados institucionais, bem como se abordou a importância da participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), neste capítulo busca-se apresentar uma breve caracterização do local de estudo, ou seja, o município de Arroio dos Ratos.

O mencionado município localiza-se na Depressão Central, entre o escudo cristalino (Escudo Rio-Grandense) e o planalto cortado pelo rio Jacuí. Encontra-se às margens da BR 290, estrada Federal, conhecido corredor do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), a mesma liga Porto Alegre com Uruguaiana e toda a fronteira. Com a distância de 55 km da capital do estado, pertence à Região Metropolitana de Porto Alegre. Arroio dos Ratos limita-se ao Norte, Oeste e Sul com o município de São Jerônimo e ao Leste, com o município de Guaíba, sendo o centro de ligação entre os municípios de Butiá, São Jerônimo e Charqueadas, permitindo acesso à região do Alto Taquari, através das cidades de São Jerônimo e Triunfo. Encontra-se a 51° 44 long. w; e a 30° 05 lat. Sul. (SULZBACH, 1989 p.41), com área de 425,9 km e população em torno de 14.000 habitantes.

O município teve seu tempo áureo entre 1939-1945 com a exploração do carvão. “Arroio dos Ratos nasceu, cresceu e se desenvolveu em função do carvão mineral existente em seu subsolo” (SULZBACH, 1989, p.25). Ainda segundo o autor:

Com o “ouro-negro” extraído de suas entranhas foram impulsionadas todas as atividades da própria mineração. Com ele foram alimentadas as usinas termoeletricas da Volta do Gasômetro, em Porto Alegre, e das cidades de Pelotas e Rio Grande. Por ele foram impulsionadas as locomotivas da Viação Férrea, embarcações, navios e indústrias. (SULZBACH, 1989, p. 25/26)

Devido à sua importância nacional, a mineração nesta década proporcionou a colonização de Arroio dos Ratos por imigrantes de diversas etnias. O município foi por muito tempo distrito de São Jerônimo, porém, devido ao fechamento da Companhia de Mineração, o município buscou pela emancipação, conquistando-a em 28 de dezembro de 1964.

A exploração do meio se dava com a agricultura de pousio e pecuárias extensivas, usavam mão de obra familiar e assalariada, comercializavam gado via frigorífico e também para autoconsumo, com a Revolução Verde¹, começou então um novo sistema agrário.

Destacam-se neste novo sistema os latifundiários, peões e arrendatários que exploravam a bovinocultura de corte, ovinocultura de corte, agricultura de subsistência e industrializada, agora contando com a mecanização da lavoura e o uso de variedade de sementes, ocasionando com isso o aumento da produção, e conseqüente baixa nos preços dos produtos gerados nas propriedades. Nesta fase percebe-se a tendência à monocultura, tendo o esgotamento do solo e o início do êxodo rural como conseqüências.

Segundo dados da Prefeitura Municipal², nas décadas entre 1991 a 2000, o município de Arroio dos Ratos apresentou um IDH³ (Índice de Desenvolvimento Humano), compatível com o IDH nacional, ou seja, ambos atingindo a marca de 0,70 em 1991 e 0,77 em 2000, enquanto o Rio Grande do Sul, na mesma época apresentou respectivamente IDH de 0,75 e 0,81. (PNUD, 2003)

Na atualidade o município conta com nove escolas (Tabela 1), sendo que dessas, sete são da rede municipal e atendem alunos do ensino fundamental, duas escolas da rede estadual que atendem alunos do Ensino Fundamental e Médio, uma escola particular, que atende alunos do Ensino Fundamental, Médio, Curso técnico profissionalizante em Contabilidade, Informática e Enfermagem. O município também conta com uma creche comunitária e uma APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), essas duas últimas instituições acolhem alunos na maioria, oriundos de famílias locais de baixa renda. Entre as escolas municipais, creche comunitária e APAE, contabilizam-se 1.518 alunos matriculados. Das sete escolas da rede municipal, apenas uma, ou seja, a EMEF James Johnson localiza-se na área rural do município, os alunos das demais escolas são moradores ou da área urbana de Arroio dos Ratos, ou próximos a ela, e todos beneficiados pelo Programa de Alimentação Escolar.

¹ Nas décadas de 1960 e 1970, a Revolução Verde caracterizou-se por diversas mudanças tecnológicas e organizacionais, implementadas mediante o uso de agrotóxicos, fertilizantes, máquinas e implementos, técnicas de irrigação e novas variedades agrícolas, transformando a face da agricultura mundial. (ALMEIDA; GERHARDT, 2010)

² Para maiores informações, recomenda-se acessar <<http://www.arroiodosratos.rs.gov.br>>.

³ O IDH mede o nível de desenvolvimento humano de países, estados e municípios, utilizando como critérios indicadores de longevidade (esperança de vida ao nascer), renda (PIB per capita) e educação (taxa de alfabetização). O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total), ou seja, IDH até 0,499 é considerado baixo. Índices entre 0,500 e 0,799 são considerados médios, e superiores a 0,800, altos. (PNUD, 2003)

Tabela 1: Escolas e quantidade de alunos matriculados em Arroio dos Ratos – 2012

Nome da escola	Creche	Pré- escola	Fundamental	Médio	Fundamental Médio (EJA)	Médio (EJA)	Total
EMEF Anita Garibaldi	0	10	106	0	0	0	116
EMEF Candinha Saraiva	0	0	21	0	0	0	21
EMEF Miguel Couto	0	44	466	0	0	0	510
EMEF Osvaldo Cruz	0	0	425	0	0	0	425
EMEF James Johnson	0	0	21	0	0	0	21
EMEF S. Rita de Cássia	0	19	188	0	0	0	207
APAE	0	6	23	0	0	0	29
Creche Izolina Rodrigues	77	0	0	0	0	0	77
EMEI Tereza F. Vieira	58	54	0	0	0	0	112
Total	135	133	1250	0	0	0	1518

Fonte: Elaborado pela autora com dados do censo escolar de Arroio dos Ratos- 2012

O município também conta com o Programa Mais Educação⁴, cujas escolas participantes (Tabela 2) acolhem um total de 550 alunos em turno integral, ou seja, esses alunos passam oito horas na escola. Ao chegarem às respectivas escolas, às oito horas, os alunos recebem o café da manhã, às dez horas as escolas servem um lanche (merenda), ao meio-dia, almoço e no meio da tarde, outro lanche é servido aos escolares.

Tabela 2: Escolas e total de alunos participantes do Programa Mais Educação em Arroio dos Ratos -2012

Esfera	Nome da escola	Fundamental	Médio	Total
Municipal	Anita Garibaldi	100	0	100
Municipal	Miguel Couto	150	0	150
Municipal	Osvaldo Cruz	150	0	150
Municipal	S. Rita de Cássia	150	0	150
Total		550	0	550

Fonte: Elaborado pela autora com dados do censo escolar de Arroio dos Ratos - 2012.

O município de Arroio dos Ratos apresenta clima subtropical com invernos frescos e ocorrências de geadas. Verões quentes, cuja média do mês mais quente é superior a 22 °C. As

⁴ O Programa Mais Educação foi criado pela Portaria Interministerial 17/2007, com o objetivo de aumentar a oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas agrupadas em macro-campos, tais como: acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, comunicação, educação científica e educação econômica (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013).

chuvas são bem distribuídas durante o ano. A hidrografia se apresenta com três arroios, estes mesmos fazem limite com o município, sendo eles: o Arroio Bacurú, o Arroio dos Cachorros e o Arroio dos Ratos, este último, responsável pelo nome curioso do município, pois o mesmo banha a cidade de um extremo a outro, e segundo consta, ao longo deste, pode ter havido grande quantidade de uma espécie de roedores, originando o nome do arroio e da cidade (SULZBACH, 1989 p.37).

Arroio dos Ratos é rico nas terras que o compõem, não apresenta problemas de erosão e de terras improdutivas, possui relevo de coxilhas ondeadas e sinuosas com plantações de soja, trigo, milho, feijão, mandioca, melancia, também variadas com a criação de gados e ovelhas. Extensas várzeas ao longo dos Arroios e entre colinas oferecem terras férteis ao plantio de arroz.

Quanto aos aspectos socioeconômicos atuais, na área da agricultura se encontram a silvicultura, o cultivo de melancia, pecuária e agricultura familiar de subsistência, respectivamente nesta ordem (EMATER, 2011). Enquanto que na área urbana destaca-se o comércio local.

A localização de Arroio dos Ratos às margens da BR 290 proporciona fácil acesso ao município, entretanto, demais acessos secundários deste município a outras localidades, apresentam-se precários, entre essas a estrada que liga Arroio dos Ratos ao município vizinho de São Jerônimo-RS, e demais localidades do interior do município. O município também conta com os serviços de duas empresas privadas de transporte coletivo, as quais transportam os moradores para Porto Alegre e demais localidades da região, cujo serviço prestado mostra-se de boa qualidade. A mencionada localização estratégica às margens da estrada Federal BR 290, proporciona certa facilidade à comercialização, pois o comércio local do município mostra-se abastecido com diversos produtos locais e também produtos trazidos de outras localidades, inclusive do mercado internacional.

4.1 CARACTERIZAÇÃO AGRÍCOLA DO MUNICÍPIO DE ARROIO DOS RATOS

No município de Arroio dos Ratos, a estrutura fundiária apresenta-se com propriedades que em sua maioria variam de pequeno a médio porte (Tabela 3), quanto aos agricultores portadores de DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), contabilizam-se um total de 70 DAP ativas (EMATER, 2013). Entretanto, em relação à quantidade total de agricultores locais, seria incoerente precisarmos em números, pois tal afirmação estaria

sujeita a falhas, sendo que no município, também se encontram várias chácaras na periferia urbana, que também cultivam, embora com outras atividades.

Tabela 3: Estrutura Fundiária de Arroio dos Ratos- 2012

Tamanho das Propriedades (há)	Propriedades N°	%
Menos de 5	57	22,53
De 5 a menos de 20	57	22,53
De 20 a menos de 50	67	26,48
De 50 a menos de 100	31	12,25
De 100 a menos de 200	13	5,14
De 200 a menos de 500	15	5,93
De 500 a menos de 1.000	8	3,16
Mais de 1.000	5	1,98
Total	253	100

Fonte: EMATER, 2012

Segundo alguns moradores mais antigos, na época da mineração, Arroio dos Ratos mantinha-se com produtos agropecuários adquiridos dos municípios de Barão do Triunfo, Dom Feliciano e Mariana Pimentel, e com o término da extração carbonífera no município, a população buscou outras fontes de renda na agricultura, no comércio local e na pecuária. Atualmente na produção agrícola do município, apresenta-se como destaque a produção de eucalipto e acácia, para fins de papel e celulose. Quanto aos aspectos socioeconômicos atuais na área da agricultura, se encontram a silvicultura, o cultivo de melancia, pecuária e agricultura familiar de subsistência, respectivamente nesta ordem. (EMATER, 2012).

A área urbana do município de Arroio dos Ratos, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), conta com uma população de 12.958 moradores, enquanto que a área rural conta com 650 moradores. Na área rural do município, o número de estabelecimentos agropecuários gira em torno de 253 unidades que se caracterizam por pequeno e médio porte (EMATER, 2012). Em relação à economia do município, esta se baseia principalmente na pecuária e agricultura em grande escala, onde predominam as monoculturas, entre estas, as silviculturas (EMATER, 2011).

Em relação a estas últimas, a busca por entender a complexidade do sistema agrário, bem como a diversificação adotada na agricultura familiar local, foi possível constatar a

inserção de espécies como eucalipto e acácia em propriedades de agricultura familiar do município. Conforme consta, os agricultores locais adotaram a silvicultura como uma estratégia para as propriedades que apresentavam escassez de mão de obra e também por perceberem nesta, uma fonte de renda alternativa, pois os mesmos não deixaram de plantar outros produtos, mas o eucalipto ou a acácia eram uma garantia a mais⁵.

Segundo dados da EMATER local, a silvicultura neste município teve início em meados de 1982, e já ocupa uma área de aproximadamente 14.000 hectares, área bem superior à ocupada pela agricultura familiar diversificada, girando esta última em torno de 1.270 hectares (EMATER, 2011). O município também se destaca pela produção de melancia, cuja cultura em maior escala colabora no abastecimento dos mercados regionais. A produção desta fruta adquiriu destaque, possibilitando ao município ostentar o título de “Capital Nacional da Melancia”, cuja tradição faz com que se realize anualmente a “Festa da Melancia” com shows e atrações que movimentam a cidade bem como a região (PREFEITURA DE ARROIO DOS RATOS, 2012).

É importante destacar que mesmo com cultivos de eucalipto e melancia, a produção agrícola no município também conta com uma produção que gira basicamente em cereais, leguminosas e oleaginosas (Tabela 4), sendo: amendoim, feijão, milho, soja e trigo. Na lavoura temporária destaca-se a produção de amendoim, batata-doce, cana-de-açúcar, cebola, feijão, fumo, mandioca, melancia, melão, milho, soja e tomate (IBGE, 2010).

⁵ Observações da autora para relatório apresentado ao Curso Superior de Tecnologias para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER- para a disciplina Estágio Supervisionado em unidades de produção agrícola. Arroio dos Ratos, 2011 [s. Ed.]

Tabela 4: Produção agrícola em Arroio dos Ratos -2006/2010

LAVOURA TEMPORÁRIA		LAVOURA PERMANENTE	
Amendoim	2 toneladas	Laranja	163 toneladas
Batata- Doce	250 toneladas		
Cana- de- açúcar	100 toneladas		
Cebola	48 toneladas		
Feijão	91 toneladas		
Fumo	83 toneladas		
Mandioca	4.500 toneladas		
Melancia	8.100 toneladas		
Melão	300 toneladas		
Milho	840 toneladas		
Soja	1.350 toneladas		
Tomate	15 toneladas		

Fonte: IBGE: Censo 2006/2010

As produções acima mencionadas são realizadas geralmente por produtores que visam comercializar os produtos para as indústrias localizadas na região metropolitana de Porto Alegre, bem como para o CEASA (Central Estadual de Abastecimento) também de Porto Alegre, ou até mesmo para centrais de abastecimento de outros estados brasileiros, visando com isso, um maior retorno financeiro.

Vale ressaltar que este maior retorno financeiro, almejado por tais produtores, os mercados institucionais, em especial o PNAE, não seriam capazes de superar, particularmente para esses produtores, pois os mesmos produzem em maior escala e com isso também possuem poder de barganha. Desta maneira, esses produtores procuram comercializar em mercados que possibilitem maiores resultados, sendo que para o PNAE o produtor pode vender a produção até o limite de R\$ 9.000,00 por DAP. Entretanto, também vale ressaltar, que embora o valor do recurso estimado por DAP pareça insuficiente, os produtores ao analisar a possibilidade de participação, poderiam perceber que em termos de segurança, os mesmos encontrariam nos mercados institucionais, não só a garantia de um novo mercado, mas também a possibilidade de contar com uma renda extra.

5 RESULTADOS DA PESQUISA

Busca-se neste capítulo, apresentar o resultado da pesquisa realizada através de entrevistas aplicadas aos agricultores locais participantes e não participantes do Programa de Alimentação Escolar. Aplicou-se a entrevista também aos gestores/servidores municipais, com o intuito de investigar a possível presença de fatores limitantes aos agricultores familiares do município à participação na comercialização, bem como na entrega de uma maior variedade de produtos agrícolas para a alimentação escolar.

De maneira geral, deparou-se com realidades complexas, visto que o município foi criado a partir da extração carbonífera, e talvez devido a isso, não apresenta tradição agrícola. Entretanto, percebeu-se a considerável presença de agricultura familiar de subsistência, praticada por pessoas com idades que variam de 34 a 75 anos, desses, alguns estão retornando ao campo e retomando as atividades agrícolas, que por várias razões foram deixadas em segundo plano. Dos oito agricultores entrevistados, quatro participantes do PNAE retomaram as atividades agrícolas a partir de 2009, incentivados justamente pela oportunidade de participar do programa de alimentação escolar, enquanto os outros quatro entrevistados e não participantes do Programa nunca abandonaram a agricultura, relataram realizar a atividade agrícola concomitante a outras atividades. Quanto ao nível de escolaridade dos agricultores entrevistados, a maioria possui o ensino fundamental incompleto, sendo possível captar em alguns, o desejo de dar continuidade aos estudos.

Dos oito entrevistados, sete são proprietários, e dentro desse grupo de proprietários, dois também possuem áreas arrendadas, sendo que uma destas áreas possui 45 hectares dedicados a pecuária de corte e apenas um entrevistado não é proprietário, sendo somente arrendatário. O tamanho das propriedades varia, prevalecendo as de pequeno porte, dessas, quatro possuem de 01 a 03 hectares, três propriedades possuem de 07 a 19 hectares e uma propriedade possui 35 hectares, sendo que apenas uma propriedade (arrendada) não serve de moradia. Os cultivos são realizados quase que na totalidade das áreas, tirando as maiores que possuem também criação bovina.

Em relação à mão-de-obra utilizada nas propriedades, dos oito agricultores entrevistados, sete possuem apenas a mão-de-obra familiar. Desta maneira, pode-se caracterizá-los agricultores familiares, segundo Wanderley (1999 apud PELEGRINI; GAZOLLA, 2008, p. 66) agricultura familiar é “onde a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”.

Alguns dos agricultores citaram a ajuda dos filhos na lida do campo, dos agricultores entrevistados, apenas três mencionaram possuir a necessidade de mão-de-obra temporária.

Dos oito entrevistados, apenas três mencionaram poder contar com a esposa e os filhos para substituí-los nas tarefas em caso de ausência, os demais agricultores entrevistados afirmaram não possuir ninguém que os substituam. Tal fato parece contrariar um passado recente, cujos filhos de agricultores eram obrigados pela situação, ou incentivados pelos pais a deixarem a área rural na busca por melhores condições de vida. Atualmente, ocorre uma situação diferente, os filhos recebem incentivos dos pais e do governo, para que permaneçam no campo e desenvolvam a atividade agropecuária. Conforme a entrevistada:

Meu filho de 15 anos de tanto me ver trabalhar com agricultura e mel, aprendeu a gostar da função, e agora com o PNAE e o apoio da cooperativa do mel, ele viu que vale a pena ficar no campo. Ele até já tem umas “caixas” que é só dele, e já ganha um dinheirinho com elas.

A cooperativa a qual a entrevistada se refere, vem a ser a Cooperativa Apícola do Sul (COOAPISUL), localizada no município, sendo essa, a concretização de uma antiga reivindicação dos apicultores locais, e também a mediadora entre apicultores locais e o PNAE. E assim, de acordo com Villa Real (2011) as políticas públicas, tais como o Programa de Alimentação Escolar podem sim, produzir “mudanças positivas tanto na produção quanto no consumo de alimentos na sociedade contemporânea, bem como contribuir para o desenvolvimento com sustentabilidade”. Em relação à logística, foram observadas algumas carências, entre elas, o transporte dos produtos, cuja maioria dos agricultores realiza através de seus “precários” carros de passeio, um agricultor mencionou o uso de bicicleta, enquanto o único transporte adequado pertence à COOAPISUL, o mesmo é utilizado por empréstimo pela apiculadora mencionada acima, por ser a mesma, uma cooperativada. Outro problema apontado pelos agricultores são as estradas tanto de acesso à propriedade quanto as demais do município, as condições das mesmas foram classificadas entre regulares e péssimas, necessitando urgentemente de reparos, pois dependendo da época e do clima, tornam-se intransitáveis, dificultando ou até mesmo impedindo o transporte dos produtos ao local de destino.

Quanto aos cultivos realizados no município, os agricultores levam em consideração, tanto a sazonalidade, quanto as preferências do consumidor final. Sendo assim, apurou-se a variedade de produtos cultivada nas áreas de estudo, não sendo possível precisar a quantidade

de cada cultivo, pois a maioria dos agricultores afirmou não manter tal controle, desta maneira os produtos cultivados e colhidos (TABELA 5) são basicamente:

Tabela 5: Produtos cultivados pelos entrevistados no município de Arroio dos Ratos – RS

ESPÉCIE	PLANTIO	COLHEITA
Abóbora	Out. / fev.	Jan./jun.
Abobrinha italiana	Set./mai.	Nov./ jul.
Alface	Ano todo	Ano todo
Alho	Mai./jun.	Out./dez
Batata - Doce	Out. /fev.	Fev./ago.
Beterraba	Ano todo	Ano todo
Brócolis de inverno	Fev. /set	Mai./-dez.
Brócolis de verão	Out./dez.	Jan./mar.
Cebola	Jul./ago.	Nov./fev.
Cebolinha	Ano todo	Ano todo
Cenoura de inverno	Fev./ago.	Mai./nov.
Cenoura de verão	Nov./jan.	Fev./abr
Chicória	Fev./jul.	Abr./set.
Chuchu	Set./out.	Dez./fev.
Couve-manteiga	Fev./jul	Mai./out.
Couve- flor	Dez./jan.	Mar./abr.
Ervilha	Abr./mai.	Jun./jul.
Espinafre	Fev./set.	Abr./dez.
Feijão-vagem	Set./mar.	Nov./mai.
Melancia	Set./jan.	Dez./abr.
Melão	Fev./ago.	Mai./dez.
Milho-verde	Ago./fev.	Nov./jun.
Moranga	Set./dez.	Jan./mai.
Morango	Mar./abr.	Mai./jul.
Mostarda	Jul./dez.	Ago./fev.
Pepino	Set./fev.	Nov./abr.
Pimenta	Set./fev.	Dez./jun.
Pimentão	Set./fev.	Jan./jun.
Rabanete	Mar./ago.	Abr./set.
Repolho de inverno	Fev./set.	Mai./jan.
Repolho de verão	Nov./jan.	Fev./mai.
Rúcula	Mar./ago.	Mai./out.
Tempero- verde	Mar./set.	Mai./dez.
Tomate	Set./fev.	Jan./jun.
Laranja	Jul./out.	Jul./nov.
Bergamota Poncã	Jul./out.	Jul./nov.

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado do Catálogo Brasileiro de Hortaliças, 2010.

Mesmo não sendo a questão de gênero o foco deste trabalho, vale aqui registrar que a entrega dos produtos para a alimentação escolar local, conta com a presença marcante da mulher agricultora, e ela possui poder de decisão, pois num universo de oito agricultores entrevistados, a metade, ou seja, quatro são mulheres, e dessas, duas participam

do Programa. Sendo estas mulheres as responsáveis pela propriedade, pelos cultivos, comercialização, entre outras tarefas. Segundo a entrevistada, “*tive que assumir tudo porque meu marido trabalhava numa fazenda e vinha pra casa só no final -de- semana, eu ficava sozinha com as crianças, cuidava da casa, das plantações, dos bichos, de tudo...*”. Também se percebe essa presença feminina, ao analisar o número de Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAP) ativas no município, pois num universo de 70 portadores de DAP, 11 são mulheres, 06 são jovens e 53 são homens.

Especificamente em relação à agricultura familiar, Conti *et al.*, (2006, p.152) observa “*sinais de emancipação nas relações sociais de gênero nos últimos anos*”, o autor afirma ter havido crescimento na participação das mulheres e homens na gestão e na administração das propriedades, bem como em associações e agroindústrias. O mesmo autor também aponta a Lei nº 11.326/06, que estabelece a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, como uma conquista, pois, o texto da mesma afirma que deverão ser observados “*os princípios da descentralização, da sustentabilidade ambiental, social e econômica, e da equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia [...]*”.

O mencionado autor adverte que em relação à construção de relações sociais de gênero, não existe caminho pronto, havendo ainda diversas encruzilhadas, as quais constantemente requerem novas opções, entretanto, as encruzilhadas somente aparecem “*àqueles e àquelas que se põem a caminho. Se elas não surgissem no caminho, certamente as possibilidades de crescimento e as utopias e emancipação social e cidadã também não teriam sentido*” (CONTI *et al.*, 2006, p. 152-153).

Buscou-se demonstrar, além da participação da mão-de-obra feminina na agricultura familiar de Arroio dos Ratos, também a necessidade dos agricultores locais desenvolverem atividades paralelas, isso devido às dificuldades ainda existentes nas unidades de produção familiar local de se auto-sustentar. Enquanto que no grupo de agricultores não participantes do programa, três afirmaram não participar devido não precisarem financeiramente, pois são aposentados de outras atividades.

Juntamente a este argumento, os mesmos também admitem não possuírem mais a vitalidade necessária para o trabalho nos cultivos, optando assim, por não assumirem responsabilidades que certamente não cumpririam. Este é o caso de entrevistado não participante e aposentado, o mesmo possui próximo ao município de Arroio dos Ratos, uma área de sete hectares, esta área atualmente encontra-se arrendada para o cultivo de acácia. O

agricultor possui ainda três áreas, sendo duas localizadas próximas à zona urbana de Arroio dos Ratos, e a terceira, no perímetro urbano, sendo que nestas três propriedades ainda são praticados cultivos, cujos produtos são absorvidos em sua maioria por um supermercado local. No entanto, esse agricultor está gradativamente encerrando os cultivos, pois segundo o mesmo, as dificuldades aumentam dia a dia, a começar pela inexistência de mão - de -obra, pois *“gente nova não quer mais trabalhar com agricultura, é muita responsabilidade, o clima é incerto, é muito trabalho, é muito penoso, a gente produz muito e ganha pouco.”*

Em situação parecida, encontra-se outro entrevistado não participante, o mesmo é filho de agricultores locais e abandonou o campo na década de 1980⁶, empregando sua mão - de- obra na indústria metalúrgica, *“com 14 anos, tive que ir para Porto Alegre trabalhar na indústria, senão ia morrer de fome aqui”*. O mencionado agricultor aposentou-se por motivos de saúde e retomou as atividades agrícolas em duas propriedades localizadas no interior de Arroio dos Ratos, na localidade de Rincão dos Américos. Esse agricultor é proprietário de 19,8 hectares, e nesta área, 10 hectares são dedicados a prática de alguns cultivos e a criação de aves, utilizados para subsistência e comercialização do excedente, o agricultor possui também uma propriedade arrendada com 45 hectares, esta é dedicada exclusivamente à pecuária de corte e leiteira. Em relação ao Programa de alimentação escolar, o mesmo gostaria de participar, mas para isso admite precisar de um excedente maior, além de adequações na propriedade, entretanto, o agricultor não dispõe de recursos financeiros, e para tanto, diz ser muito difícil obter financiamentos do PRONAF devido possuir renda, ou seja, sua condição de aposentado da indústria metalúrgica.

Devido ao mencionado acima, vale lembrar que em 1995, o governo federal criou o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), sendo este, fruto da ação/reivindicação dos agricultores familiares, conquistada através do II GRITO DA TERRA BRASIL⁷. Os critérios para classificação do público beneficiário do PRONAF foram: a) agricultores (proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes) com menos de 4 módulos fiscais; b) utilização de trabalho direto familiar; c) emprego eventual ou ajuda de terceiros, quando a natureza da atividade sazonal o exigir; d) não utilizar serviços de

⁶ O período de êxodo rural mais intenso foi nas décadas de 1960 a 1980, quando o Brasil passou por um acelerado processo de industrialização, que demandava muita mão de obra sem grandes exigências de qualificação (REVISTA EXPOAGRO, 2013).

⁷ Ciclo de mobilizações anuais com manifestação pública em diversos estados. Os “Gritos da Terra Brasil” começaram a ser organizados nos anos 90, pela CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) com a finalidade de chamar a atenção da opinião pública e dos governantes para as reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br/index.php/noticias/201-grito-da-terra-brasil-2012>>.

empregados permanentes; e) no mínimo 80% da renda familiar deveriam ser originários da exploração agropecuária; f) residência na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo (GONÇALVES, 2008, p. 13-14).

Durante as entrevistas, observou-se nos agricultores participantes do PNAE, o desejo de aumentar a produção, tanto em quantidade quanto diversidade, entretanto, os mesmos alegaram não o fazer por falta de espaço em suas áreas, pela dificuldade de acesso a financiamentos e também devido a pouca demanda das escolas locais. Os demais entrevistados admitiram a não participação no Programa devido ao fato de que não desejam assumir maiores compromissos.

Em relação a investimentos na propriedade, observou-se que todos os entrevistados com áreas entre 1 e 3 hectares, enfrentam dificuldade em obter financiamentos, as razões alegadas foram a falta de informações a respeito, o medo de se endividarem e também devido às exigências das instituições financeiras. Entre essas exigências, a necessidade de avalista, conforme o entrevistado participante do Programa, *“é muito difícil porque “eles” (bancos) pedem fiador, e ninguém quer ser fiador pra gente”*. Enquanto que os agricultores detentores de áreas maiores, independente de serem participantes ou não do Programa, afirmaram possuir fácil acesso a qualquer tipo de financiamento.

Do total de agricultores entrevistados, apenas um participante do Programa agroindustrializa o produto, e só o faz devido ao aporte tecnológico obtido através da cooperativa apícola do município, e principalmente, pela garantia de mercado obtida não só através da cooperativa, mas também pelo PNAE. Também houve alguns agricultores participantes e não participantes que admitiram ser mais fácil e simples trabalhar com produtos “in natura”. Os demais agricultores entrevistados, tanto participantes quanto não participantes, gostariam de agroindustrializar, mas não o fazem devido principalmente à burocracia exigida para se adequar às normas, quanto a esta última, outro fator limitante mencionado novamente, foi a dificuldade em obter financiamentos, conforme entrevistada, *“as exigências são muitas e custa caro se adaptar a elas”*. A agricultora mencionada, até 2011, entregava feijão em garrafas “pet”, entretanto, conforme as exigências sanitárias, a agricultora deveria adequar seu produto, de modo que o feijão deveria ser entregue embalado e rotulado, constando no rótulo o prazo de validade do produto. Sem condições financeiras para adquirir os equipamentos necessários, a agricultora lamenta: *“não posso cumprir, por isso não vou mais entregar feijão”*.

Todos os agricultores entrevistados admitiram possuir apenas os equipamentos básicos para trabalharem, atribuindo a dificuldade para aquisição de novos equipamentos, ao já mencionado, difícil acesso a financiamentos, pois conforme o entrevistado não participante do Programa, *“precisamos de linha de crédito adequado ao pequeno agricultor”*. Essa afirmação reflete a necessidade da maioria dos entrevistados, participantes e não participantes do Programa.

Através das entrevistas, foi possível constatar que sem garantias de mercado, a maioria dos agricultores evita a produção excedente, produzem o necessário para subsistência, e apenas o suficiente a ser comercializado para o PNAE no caso dos participantes, e no caso dos não participantes, para a venda “porta a porta”, que é uma prática muito comum no município.

A EMATER foi lembrada pela maioria dos agricultores entrevistados como sendo a prestadora de orientação técnica, tendo alguns agricultores declarado que consideram o conhecimento empírico suficiente. Também foi mencionada pelos agricultores participantes do Programa, a importante contribuição das instituições tais como SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) e UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), através dos cursos por elas oferecidos. Também é relevante citar que todos os agricultores entrevistados, que recebem orientações técnicas, afirmam que as mesmas suprem as necessidades para melhorar a produção.

Dos oito agricultores entrevistados, observou-se um participante da cooperativa apícola local, os demais participam no máximo da associação do bairro onde moram, mas admitem o desejo de participarem de alguma cooperativa, por acreditarem que isso possibilitaria a garantia de mercado para comercialização dos produtos locais. Os agricultores participantes do Programa citaram a garantia de mercado aliada ao preço justo, como a principal razão para a comercialização dos seus produtos para o Programa de Alimentação Escolar. Quanto às vantagens adquiridas, foram citadas a renda extra, a possibilidade de melhoria nas propriedades e a oportunidade de permanência no campo.

Em relação à frequência de entrega dos produtos para a Alimentação Escolar local, essa se realiza semanalmente, sendo que os agricultores transportam e entregam os produtos na sede da Secretaria Municipal da Agricultura, e esta realiza a distribuição dos mesmos para as escolas beneficiadas pelo Programa, a entrega obedece ao cronograma elaborado pela nutricionista responsável. Observou-se na maioria dos agricultores entrevistados, o desejo de

aumentar a diversidade e a quantidade produzida, entretanto para os agricultores participantes do PNAE, a limitação fica por conta da baixa demanda escolar (Tabela 6), esse fato deve-se ao pequeno número de escolas no município. Já em relação aos agricultores não participantes do Programa, a limitação está na falta de maior demanda no mercado local para escoar seus produtos.

Tabela 6: Variedades e quantidades entregues anualmente pela agricultura familiar e demandadas pela Alimentação Escolar de Arroio dos Ratos– 2012

PRODUTO	CHAM. 1	CHAM. 2	CHAM. 3	CHAM. 4	TOTAL/ANO
Cenoura	461,5	-	20	315	796,5 (Kg)
Moranga	507	380	32	-	919 (Kg)
Repolho	143	130	16	119	408 (UN.)
Brócolis	702	-	32	383	1.117 (UN.)
Alface crespa	354	590	-	-	944 (UN.)
Temp. verde	702	510	32	330	1.574 (UN.)
Couve	624	340	-	270	1.234 (UN.)
Beterraba	390	180	40	176	786 (Kg)
Couve-Flor	546	-	32	327	905 (UN.)
Pimentão	72	-	-	41,5	113,5 (Kg)
Feijão preto	507	-	-	-	507 (Kg)
Chuchu	140	-	-	-	140 (Kg)
Aipim	507	400	-	-	907 (Kg)
Batata-Doce	229	240	24	-	493 (Kg)
Abobrinha It.	286	-	-	-	286 (Kg)
Espinafre	1.092	-	32	-	1.124 (UN.)
Vagem	494	-	-	-	494 (Kg)
Rúcula	507	290	-	80	877 (UN.)
Mel	136	-	-	-	136 (Kg)
Tomate	533	-	-	558	1.091 (Kg)
Bergamota	-	1.250	60	-	1.310 (Kg)
Laranja Umb.	-	1.250	-	-	1.250 (Kg)
Alface Lisa	-	-	-	302	302 (UN.)
Rabanete	-	70	-	-	70 (Kg)

Fonte: Adaptado da Chamada Pública nº 001/2012, 002/2012, 003/2012 e 004/2012 de Arroio dos Ratos –RS.

Além dos produtos acima descritos, a alimentação escolar local é complementada com produtos (Tabela 7) adquiridos de grupos formais, sendo esta complementação totalmente oriunda de cooperativas ou organizações de outras localidades, estando de acordo com o disposto na lei 11.947/2009:

Art. 18, § 4º Na análise das propostas e na aquisição, deverão ser priorizadas as propostas de grupos do município. Em não se obtendo as quantidades necessárias, estas poderão ser complementadas com propostas de grupos da região, do território rural, do estado e do país, nesta ordem de prioridade. (BRASIL/FNDE, 2009)

A situação ocorre pelo fato de Arroio dos Ratos não disponibilizar de cooperativa voltada ao beneficiamento de tais produtos, cuja matéria-prima se faz presente nas propriedades rurais do município, podendo ser fornecida pelos agricultores locais, entretanto, sem a possibilidade de beneficiamento local, se faz necessário a compra do produto beneficiado de outras localidades. Como exemplo disso, temos o caso do leite e da bebida láctea, adquiridos da cooperativa Languiru do município de Teutônia- RS, bem como o queijo, adquirido da cooperativa Santa Clara, do município de Carlos Barbosa- RS, enquanto que o arroz branco e o pão massinha são adquiridos da COOPAC (Cooperativa dos Assentados de Charqueadas - RS).

Tabela 7: Produtos e quantidades adquiridos de cooperativas ou organizações familiares de outras localidades.

PRODUTO	CHAM. 1	CHAM. 2	CHAM. 3	CHAM. 4	TOTAL/ANO
Leite Integral	3.354	5.460	720	4.152	13.686 (LT.)
Bebida Láctea	2.457	3.860	320	4.366	11.003 (LT.)
Arroz Branco	1.560	632	100	-	2.292 (KG)
Queijo	403	340	-	100	843 (KG)
Lanche					
Pão/massinha	20.865	19.400	1280	6.340	47.885 (UN.)

Fonte: Adaptado de Chamada Pública nº 001/2012, 002/2012, 003/2012 e 004/2012 de Arroio dos Ratos –RS.

Quanto à assistência rural existente no município de Arroio dos Ratos, ela conta com dois extensionistas da EMATER, sendo um dos extensionistas atuante no município há cinco anos. Em relação à produção agrícola do município e a participação dos agricultores familiares locais no PNAE, o extensionista entrevistado admite que, embora o município conte com aproximadamente setenta agricultores com DAP (ANEXO A), anualmente, a média de participantes do PNAE não passa de seis agricultores locais. Em relação à oferta e à demanda, o entrevistado admite existir a necessidade de aumentar a diversidade de produtos, mas não a quantidade, segundo o mesmo a necessidade de aumentar o número de agricultores participantes seria “*não em função da demanda, mas em função da variedade de produtos disponíveis*”.

O mesmo extensionista entrevistado admite existirem várias limitações para uma participação mais significativa dos agricultores locais na comercialização para o Programa, relacionando algumas como principais, a começar pelo tipo de produto ofertado pelos agricultores, ou seja, produtos predominantemente “in natura”. Entretanto, o mesmo entrevistado acredita que o maior limitante para o aumento do número de participantes ao

PNAE, seja a baixa demanda das escolas, pois isso ocasiona o desinteresse pela comercialização para o Programa, devido a não ser “atrativa para as famílias”. O entrevistado lembra ainda que *“a chamada pública tem outros produtos da agricultura familiar que nossos agricultores, ou não produzem ou não estão habilitados a fornecer”*.

Em relação ao comentário acima, vale lembrar um fato anteriormente mencionado, que é o caso do feijão produzido localmente, segundo as normas sanitárias, este deve ser embalado, envasado com rótulo, constando nele, o prazo de validade. Em relação a essa última colocação, o atual Secretário Municipal da Agricultura, admite ser necessária uma “usina de beneficiamento” no município, pois o mesmo acredita que através desta “usina”, os agricultores poderiam suprir com produtos diversificados, toda a demanda escolar e também o mercado local.

Observou-se que aos olhos da extensão rural local, para fortalecer ou incentivar a participação dos agricultores no Programa de Alimentação Escolar, a expectativa consiste em um trabalho de busca a novos produtores e assim, possibilitar a criação de uma rede de abastecimento local. Sendo possível dessa maneira, aumentar a oferta de produtos variados, e assim, viabilizaria a participação de um maior número de agricultores familiares locais ao Programa, pois segundo o extensionista entrevistado, *“o PNAE é compensador porque paga o valor de mercado”*. Ressalte-se que na visão da Secretaria Municipal da Agricultura, para uma maior participação dos agricultores locais na comercialização para a alimentação escolar, se faz necessário o incentivo de políticas públicas de todos os níveis federal, municipal e estadual e também a garantia de mercado a esses agricultores locais, resumindo tal ideia na seguinte fala: *“garantir que eles vão ganhar dinheiro com isso (referindo-se ao PNAE)”*. O Secretário também admite a importância da entrega não ser sazonal, *“pois em período de férias escolares, eles (agricultores) precisam entregar em outros locais”*. Devido a isso a necessidade de garantia de mercado, entretanto, segundo o Secretário, é preciso *“saber o que o mercado quer ou precisa, e se teremos condições de colocar o produto satisfazendo a frequência exigida”*.

O secretário entrevistado afirma que para isso, *“eles (agricultores) precisam primeiramente, se organizar, preferencialmente em cooperativas para ter poder de barganha”*, e também lembra que “pedir” assistência técnica sem estrutura e organização, não adianta nada, *“primeiro eles (agricultores) tem que se organizar para pedir, e depois terão incentivos porque um agricultor pedindo é uma coisa, e duzentos pedindo, é outra”*. O Secretário garante ainda ser prioridade da sua gestão, visitar os agricultores familiares locais,

conversar com todos que estiverem dispostos a se organizar, juntamente a esta tarefa, fazer pesquisa de mercado visando garantir produção local, e com isso suprir toda demanda escolar e local.

Em relação ao profissional da área de nutrição, exigido pelo Programa para a elaboração dos cardápios escolares, o município conta com uma nutricionista. Esta última, atuante no município há quatro anos, e dentro deste período desenvolveu suas funções por um ano e meio na Secretaria Municipal da Educação, sendo esta nutricionista a responsável pela elaboração do cardápio para a alimentação escolar. A mesma admite a necessidade de aumentar o número de agricultores participantes do Programa, não apenas em razão da pouca variedade de produtos entregues pelos agricultores locais (Tabela 6, pág.44), mas principalmente em relação à quantidade dos produtos entregues. Segundo a entrevistada, “*no meio da entrega, faltava produto*”, isto considerando que todos os alunos matriculados nas escolas locais beneficiadas pelo Programa consomem a alimentação escolar. Ainda em relação à oferta dos produtos locais, a entrevistada lamenta a pouca variedade de frutas existente localmente, tornando a oferta de frutas repetitiva e devido a isso, pouco atraente para os escolares.

Importante ressaltar, que a fruticultura vem ganhando espaço nos municípios da região Centro-Sul, entre esses, Arroio dos Ratos, pois, desde 2001, visando a busca de crescimento ordenado nessa região, o “Fórum de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Centro-Sul” vem estimulando a diversificação de culturas nas propriedades rurais, entre estas, a difusão da “fruticultura” com a expansão do cultivo de espécies como uva, pêsego, figo, ameixa, morango, amora e goiaba, e atualmente essa região conta com cerca de 350 hectares cultivados com frutíferas (FAFEC, 2010).

Em relação à compra dos produtos para a alimentação escolar, esta é de responsabilidade da Prefeitura Municipal, realizada pelo setor de “Compras e Licitações”, através de Chamada Pública (ANEXO B). Quanto aos critérios adotados para a compra dos produtos, entre outros se observa a logística, pois segundo a nutricionista, “*os produtos não devem percorrer grandes distâncias a fim de não comprometer a integridade e a qualidade dos mesmos*”. Outro critério adotado, diz respeito à capacidade do fornecedor em cumprir os prazos, e, além disso, a capacidade de entregar os produtos de qualidade e em quantidade necessária para suprir a demanda escolar, e no caso dos fornecedores pertencentes a grupos formais (cooperativas, organizações, etc.), o critério observado vem a ser o menor preço.

Ainda segundo a nutricionista, para conhecer a oferta local dos produtos, são realizadas reuniões com os agricultores, isso a cada início de semestre, onde “*eles (agricultores) dizem os produtos que podem disponibilizar para o Programa*”, e assim, através dessa pesquisa não documentada, “*sabemos com quais produtos locais poderemos contar para o período*”. A entrevistada considera suficiente a frequência de entrega dos produtos (uma vez por semana), admitindo que os locais para armazenamento desses produtos “*não são como deveriam ser*”, pois “*a demanda cresce, e as escolas não adequaram os espaços*” (Figura 1).



Figura 1: Cozinha de uma das escolas municipais de Arroio dos Ratos
Fonte: da autora (2013)

Entretanto, em relação aos equipamentos tais como geladeiras, freezer, entre outros necessários à integridade dos produtos, a entrevistada garante que as escolas possuem todos, e em boa quantidade. Quanto ao número de merendeiras, cada escola conta com duas, que segundo a entrevistada “*não é suficiente, deveria aumentar*”, principalmente nas escolas que aderiram ao Programa Mais Educação, conforme mencionado anteriormente os alunos participantes desse Programa, demandam de três a quatro refeições/dia, devido os mesmos passarem o turno integral na escola.

Segundo a Secretária da Educação da época, as merendeiras, na verdade são “*colaboradoras*”, ou seja, profissionais de outras áreas, neste caso dos “*serviços gerais*”, pois segundo consta, o município não realiza concurso público para contratação de merendeiras em específico. Sendo assim, essas colaboradoras recebem cursos visando sua capacitação/qualificação no desempenho das funções relativas à alimentação escolar, esses

cursos são ministrados pela nutricionista da Secretaria Municipal da Educação, sempre no período das férias escolares de inverno.

Desta forma, as colaboradoras “merendeiras” são as responsáveis pelo armazenamento, preparo e pela distribuição dos alimentos entre os alunos, e também são encarregadas da limpeza dos utensílios utilizados, bem como do ambiente onde são preparados e servidos os alimentos.

Quanto à Secretária Municipal da Educação na época, esta, desenvolve suas funções há vinte anos no município, e dentro desse período, quinze anos dedicados à instituição mencionada. A Secretária também considera suficiente a frequência de entrega dos produtos, bem como a quantidade entregue pelos agricultores, pois as mesmas, além de obedecerem ao cronograma pré-estabelecido pela nutricionista, estão de acordo com a demanda escolar (Tabela 6 p.44). Assim como o Secretário Municipal da Agricultura, a entrevistada considera necessária a organização dos agricultores locais, pois segundo a mesma, “*nem transporte adequado eles (agricultores) possuem*”, considerando este, um problema de logística, capaz de comprometer a qualidade dos produtos entregues para a alimentação escolar.

Alguns agricultores participantes do Programa acreditam que, entre os fatores limitantes para a entrega de maior quantidade de produtos para a alimentação escolar, um deles poderia estar no baixo número de merendeiras nas escolas locais, devido isso foram entrevistadas merendeiras de duas escolas municipais, estas últimas localizadas na área urbana do município e selecionadas por apresentarem maior número de alunos matriculados. Conforme as duas merendeiras entrevistadas, sendo uma de cada escola, as mesmas exercem suas atividades de três e cinco anos nestas instituições. Ambas entrevistadas afirmaram que o atual número de merendeiras não seria suficiente, caso aumentasse a quantidade de produtos da agricultura familiar entregues para a alimentação escolar, pois, “*quando chegam os produtos, tem que lavar e guardar, ou, lavar, descascar, preparar, servir e depois ainda tem que limpar tudo, é muito serviço pra pouca merendeira*”. Em relação às dificuldades no preparo dos alimentos foram em primeiro lugar, a tarefa de descascar os produtos, mas ainda foi citada a falta de espaço físico na cozinha de uma das escolas, bem como a pouca quantidade de equipamentos (geladeira e freezer) necessários para armazenar os alimentos. Ainda em relação às dificuldades enfrentadas, também foi citada a pouca quantidade de utensílios como panelas, canecas e talheres, segundo a entrevistada “*não dá pra fazer salada de frutas porque não tem colher pra todas as crianças*”.

Quanto ao consumo dos produtos entregues pela agricultura familiar para a alimentação escolar, segundo as entrevistadas, todos os alunos, de uma forma ou de outra consomem, pois *“o que não come uma coisa, come outra, tem uns que não gostam de frutas, mas gostam de iogurte, têm outros que não gostam de iogurte, mas gostam de alface e tomate no sanduíche”*. As merendeiras afirmaram que mesmo com os diferentes hábitos alimentares dos escolares, a alimentação da escola é bem aceita, pois *“as crianças não deixam sobras, ao contrário, pedem repetição”* afirmando que mesmo assim, em alguns casos, os hábitos alimentares trazidos de casa, ainda prevalecem em alguns escolares e lembram que até 2010 *“era servido comida nos dois turnos, manhã e tarde, mas a tarde não aceitava bem a comida, sobrava muita coisa que acabava indo fora”*. Este último fato diz respeito às escolas cujos alunos pertencem às famílias com maior poder aquisitivo, e desta maneira, poucos alunos do turno da tarde, saíam de casa sem o almoço, e por isso, no horário do lanche os mesmos não sentiam tanta fome em relação aos que, ao contrário, não almoçavam antes de irem para a escola.

Nas demais escolas beneficiadas pelo PNAE, os hábitos alimentares e culturais dos alunos são igualmente levados em consideração na hora de decidir o que será oferecido na alimentação escolar, para tanto, se realiza pesquisa para avaliar a aceitabilidade dos alimentos perante os escolares, mas atualmente segundo a entrevistada, *“comida só para os alunos da “Mais Educação”* (Figura 2).

Houve concordância entre as merendeiras entrevistadas em ambas as escolas, em relação a melhorias na oferta da alimentação escolar, ambas citaram a necessidade de se rever a quantidade de produtos e adequar ao consumo, pois são entregues *“muitos produtos que são pouco consumidos, e poucos produtos que as crianças gostam mais”*. Ainda segundo as entrevistadas, *“eles (nutricionista/SMEC) mandam pouca variedade em grande quantidade, só maçã, banana e mamão, as crianças enjoam”*.



Figura 2: Almoço servido aos escolares participantes do Programa Mais Educação
 Fonte: da autora (2013)

Assim, percebe-se que embora os gestores locais empreendam esforços visando adequar a oferta de produtos da agricultura familiar à demanda das escolas, ainda assim existe um longo caminho a ser percorrido, e principalmente a necessidade de maior troca de informações entre os envolvidos na alimentação escolar. Devendo esta última ocorrer principalmente entre os responsáveis pela aquisição dos produtos e elaboração dos cardápios, com as responsáveis pelo preparo, devido estas estarem diretamente em contato com o público consumidor, ou seja, os escolares.

No decorrer da pesquisa, foi possível observar que há no município uma boa demanda por alimentos pelo PNAE, visto que foi explicitada nas entrevistas com a nutricionista e também com as merendeiras a necessidade de adquirir maior quantidade, bem como maior variedade de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. Entretanto, as dificuldades começam pelos agricultores locais, pois muitos destes, não demonstram interesse em participar do Programa. Enquanto isso, os participantes e “pretensos” participantes enfrentam vários problemas, cujo maior deles está relacionado à logística. Observou-se também que as escolas do município ainda se mostram carentes em estrutura, sendo que a maioria das cozinhas escolares não possui espaços adequados para armazenamento ou mesmo para o preparo dos alimentos, as escolas também não dispõem de merendeiras em número suficiente para o preparo desses alimentos.

Existe, portanto, a necessidade das escolas de adquirir maior quantidade e variedade de produtos dos agricultores familiares locais, entretanto, as dificuldades acima descritas acabam limitando inclusive o aumento do número de famílias agricultoras participantes do

Programa, pois como aumentar a participação dos agricultores familiares, se o município atualmente não dispõe de escolas estruturadas para tal?

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou investigar e descrever os fatores limitantes à participação dos agricultores familiares de Arroio dos Ratos à comercialização de produtos para a alimentação escolar, para tanto foram entrevistados agricultores participantes e não participantes do Programa, bem como gestores e servidores municipais diretamente envolvidos com a alimentação escolar local. Importante salientar que o baixo número de agricultores familiares locais participantes na comercialização para alimentação escolar, de certa maneira foi o que motivou a busca por saber quais seriam os fatores limitantes para uma maior participação, mas acima de tudo a certeza de encontrar neste, um trabalho prazeroso e gratificante, como de fato, o foi.

Sendo assim, no decorrer desse estudo de caso, através das investigações e entrevistas realizadas, percebeu-se que são vários os problemas enfrentados pelo agricultor familiar local, a começar pela difícil comercialização do produto não só para o Programa de Alimentação Escolar, mas a comercialização para o mercado local em geral. Sendo a comercialização sem dúvida, um dos mais importantes desafios na atualidade, principalmente para o agricultor familiar. Dificuldade esta, diretamente relacionada ao desconhecimento sobre o mercado institucional, ou mesmo o mercado local.

Considerou-se também um fator limitante, a pouca troca de informações entre as partes envolvidas, pois se acredita que o agricultor informado sobre os pontos que envolvem a comercialização, tais como preços praticados, condições de mercado, consumo, tendências, qualidade, entre outras, possui maiores possibilidades de vender mais e melhor seus produtos, obtendo conseqüentemente lucros maiores.

No entanto, a realidade do agricultor familiar do município de Arroio dos Ratos, é outra, pois além dos problemas enfrentados na produção, como quebra por ocorrência de intempéries climáticas ou pragas, ou ainda a falta de equipamentos adequados, esses agricultores também enfrentam a falta de linhas de crédito adequadas ao pequeno produtor. A linha de crédito disponível torna-se de difícil acesso devido às inúmeras exigências, entre outros.

Importante ressaltar ainda, o Programa de Alimentação Escolar requer uma organização mínima de todos os envolvidos, ou seja, dos agricultores familiares às instituições locais, entretanto, no município em questão, essa organização mostra-se carente de adequações, ocasionando assim, certas limitações à formação de um mercado local mais

amplo. Detectaram-se essas carências através não somente das várias dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares locais, mas também pelas limitações estruturais das escolas do município, que necessitam adequar suas cozinhas, pois as mesmas conforme já mencionado, não possuem espaços para o armazenamento ou mesmo para o preparo dos alimentos. Acrescente-se às carências, inclusive, a falta de utensílios indispensáveis tanto para o preparo, quanto para o consumo dos alimentos, sem esquecer que essas escolas também não dispõem de merendeiras em número suficiente para o preparo dos alimentos. Devido às dificuldades já expostas, as escolas não comportam uma ampliação na quantidade de alimentos adquiridos, não permitindo, o aumento do número de agricultores participantes do Programa.

Outro fator limitante observado consiste no fato de que o agricultor familiar local conhece pouco, ou mesmo, desconhece o potencial de mercado para os seus produtos e com isso, acaba por inviabilizar os seus ganhos, mesmo quando alguns desses agricultores locais obtêm grande produtividade e com qualidade. A desinformação aliada à falta de planejamento na produção também aparece como um fator limitante a uma maior participação dos agricultores familiares na comercialização local, pois a maioria dos agricultores locais não possui planejamento em relação a quanto e de que forma produzir, nem onde ou para quem vender a produção.

Observou-se que, entre as limitações à participação de um maior número de agricultores locais na alimentação escolar, também se encontra a burocracia existente em torno do Programa, a começar pela dificuldade desses agricultores em obter a DAP, em virtude de alguns agricultores possuírem uma renda maior, isso no caso dos agricultores aposentados de outras atividades que não a agropecuária. Também a baixa demanda escolar, esta última devido ao já mencionado pequeno número de escolas no município, bem como suas dificuldades estruturais, pois conforme observado, o PNAE caracteriza-se como único canal de comercialização “garantido” para os agricultores deste município.

A inserção dos agricultores familiares de Arroio dos Ratos ao mercado local através da comercialização dos seus produtos constitui um dos principais gargalos para essa categoria de produtores. Sendo que para esses agricultores a comercialização exige ações que se adaptem à produção em pequena escala, exigem também estratégias competitivas, e estas aparentemente, os agricultores locais não possuem. Vale lembrar que o processo de comercialização começa pela produção, mas não se limita a isso, passando pelo beneficiamento, embalagem, atividades de logística, entre outras. Essa dinâmica de produção,

para permanência no mercado, implica que os agricultores disponibilizem além de volume, também qualidade, diversidade e regularidade de oferta. Para os agricultores familiares de Arroio dos Ratos, faltam estratégias para gerar ou agregar valor aos produtos locais, acredita-se estarem estas, diretamente relacionadas à falta de organização dos mesmos.

Ressalta-se que atualmente, mesmo que estes agricultores apresentem uma grande diversidade de produtos, e esta fosse capaz de suprir todo o mercado local, ainda assim, existiriam dificuldades para escoar a produção, devido à falta de “confiança” dos empresários supermercadistas locais. Estes últimos acreditam que independente, inclusive das intempéries climáticas, na CEASA (Central de Abastecimento) nunca faltarão os produtos demandados em seus supermercados, sendo esta, uma garantia que os agricultores familiares do município atualmente não podem dar, estando a produção local altamente exposta às intempéries climáticas.

Isso tudo, aliado à carência de estratégias competitivas, administrativas e tecnológicas dos agricultores locais e suas propriedades, acaba limitando tanto a participação dos agricultores, quanto a quantidade de produtos entregues para a alimentação escolar do município. Conforme observado e demonstrado no decorrer do estudo, o município conta com várias pequenas produções, que unidas, teriam quantidade suficiente para, além de abastecer a alimentação escolar, também abastecer o mercado local, e com a frequência por este exigido.

Nesse contexto, outro desafio para os agricultores familiares do citado município, seria identificar o mercado apropriado para seus produtos, os canais de comercialização disponíveis aos mesmos, as estratégias específicas para cada grupo de produtos, e também como fortalecer o poder de barganha para enfrentar a força dos compradores. Ressalta-se que esta vem a ser uma tarefa difícil para os agricultores locais enfrentarem individualmente, sem o espírito cooperativo. Este último surge como uma potencialidade a ser explorada, pois para os agricultores familiares de Arroio dos Ratos, seria interessante organizarem estratégias, fundamentadas no cooperativismo, e desta maneira, aumentar o poder de barganha através do aumento do volume, da qualidade, da diversidade, da regularidade e eficiência da logística. Sem contar que, através do cooperativismo, poderão ser superadas algumas limitações, a começar pela dificuldade de acesso a linhas de crédito adequadas a realidade desses agricultores, a falta de maiores incentivos para a melhoria das propriedades e conseqüentemente o aumento da produção diversificada.

É oportuno ressaltar que o município conta com outra potencialidade a ser explorada, pois o mesmo já dispõe de uma cooperativa apícola, sendo interessante, agregar a essa última, a diversidade agropecuária local. Assim, além de oportunizar o fortalecimento da cooperativa já existente, os agricultores familiares locais poderiam contar com amplo canal de comercialização e de abastecimento local e regional, resultando em uma melhor e maior competitividade para seus produtos. Dessa forma, observa-se a possibilidade de geração de emprego e renda nas propriedades rurais locais, contribuindo desta maneira para um aumento da oferta aos consumidores locais de produtos diversificados e de qualidade nutricional, oriundos da agricultura familiar. Acredita-se ainda, na possibilidade de obter através dessas ações, a conscientização das populações locais em geral, da importância social, ambiental, econômica e cultural ao optarem pelos produtos produzidos localmente. Entretanto, como no momento não se tem a intenção de esgotar esse assunto, deixa-se o questionamento, como sugestão para um próximo estudo.

REFERÊNCIAS

- AÇÃO FOME ZERO. **O que é o PNAE?** Prêmio gestor eficiente da merenda escolar, 2013. Disponível em: <<http://www.acaofozero.org.br/premio/midiateca/Paginas/pnae.aspx>>. Acesso em: 10 jan. 2013.
- BRANDT, Sergio Alberto. Comercialização Agrícola (1980). In: MIELKE, Eduardo Jorge Costa. Análise da cadeia produtiva do xaxim, *Dicksonia sellowiana*, no estado do Paraná. Dissertação de mestrado em Ciências Florestais. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002. Disponível em: <<http://www.cocoverderj.com.br/tesecadeiaprodutiva.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2013.
- BRASIL, Constituição (1988). Artigo 208, inciso IV e VII. Capítulo III. Seção I. Brasília: Senado Federal, 2006, p. 134
- BRASIL, Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 06 abr. 2013
- BRASIL, Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/711767/lei-11947-09>>. Acesso em: 31 jul. 2012.
- BRASIL, Ministério da Educação. Programa Mais Educação, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16690&Itemid=115>. Acesso em: 03 mai. 2013
- BRASIL, Ministério da Educação. Resolução nº. 32, de 10 de agosto de 2006. Disponível em: <www.fnde.gov.br/index.php/downloads/...res03210082006/download>. Acesso em: 31 jul. 2012
- CATÁLOGO BRASILEIRO DE HORTALIÇAS. Saiba como plantar e aproveitar 50 das espécies mais comercializadas no país. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.ceasa.gov.br/dados/publicacao/Catalogo%20hortalicas.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2013.
- COMISSÃO EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO DA LAVOURA CACAUEIRA-CEPLAC. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. (s.d.). Artigo 3. Alicia Ruiz Olalde. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm>>. Acesso em: 08 abr. 2013
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO- CONAB. Declaração de Aptidão ao PRONAF- DAP. Comunicado CONAB/MOC nº 028 de 02/10/2003. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/download/instrumentos/agricfamiliar/TITULO%2027%20MOC%20DeclarAptidaoPronafDAP%20CDAF.doc>>. Acesso em: 03 mai. 2013
- CONTI, Irio Luiz *et al.* **Agricultura Familiar**: Caminhos e Transições. Passo Fundo: IFIBE, 2006, 245 p.

CONTI, Irio Luiz. Segurança Alimentar e Nutricional. In: **Segurança Alimentar e Nutricional: noções básicas**. Passo Fundo: IFIBE, 2009. E-book.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL- EMATER/RS. Banco de dados. Arroio dos Ratos [s. ed.], 2011- 2012- 2013

FRÖHLICH, Egon Roque *et al.* Aspectos conceituais e teóricos. In: BEROLDT, Leonardo, *et. al.* **Seminário Integrador I**. Porto Alegre. Ed. da UFRGS, 2009, p. 17

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Resolução/FNDE/CD/ N^o 38 de 16 de junho de 2009. Disponível em: <www.fnde.gov.br/index.php/downloads/...res03210082006/download>. Acesso em: 31 jul. 2012.

GAVIOLI, Felipe Rosafa. Campo – Território: Revista de Geografia Agrária. **Multifuncionalidade da Agricultura e Território**: notas a partir de um estudo no assentamento Monte Alegre – Araraquara/SP. V. 6 n. 11 (2011). Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/campoterritorio/article/view/12069>>. Acesso em: 25 abr. 2013

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 120 p.

GONÇALVES, Lucilia de Miranda. Crédito Rural no Brasil. São Paulo, 2008, p. 13-14. Disponível em: <http://www.agrocurso.com.br/pdf/credito_rural.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2013.

GRITO DA TERRA BRASIL (2012). Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br/index.php/noticias/201-grito-da-terra-brasil-2012>>. Acesso em: 26 mar. 2013

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE- Censo, 2010. Disponível em: <<http://www.informacoesdobrasil.com.br/dados/rio-grande-do-sul/arroio-dos-ratos/sintese/>>. Acesso em: 30 jul. 2012

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE - Censo Agropecuário, 2006. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/temas.php?nomemun=Arroio%20dos%20Ratos&codmun=430110&tema=censoagro2006&desc=Censo%20Agropecu%20E1rio&legenda=Fonte%203A%20Censo%20Agropecu%20E1rio%202006.%20NOTA%203A%20Os%20dados%20com%200menos%20de%203%20\(tr%20EAs\)%20informantes%20est%20desidentificados%200apresentando%20a%20express%203Cb%203EN%20dispon%20Dve%203C%20Fb%203E%20a%20fim%20de%20evitar%20a%20individualiza%20E7%20da%20informa%20E7%20.&uf=rs](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/temas.php?nomemun=Arroio%20dos%20Ratos&codmun=430110&tema=censoagro2006&desc=Censo%20Agropecu%20E1rio&legenda=Fonte%203A%20Censo%20Agropecu%20E1rio%202006.%20NOTA%203A%20Os%20dados%20com%200menos%20de%203%20(tr%20EAs)%20informantes%20est%20desidentificados%200apresentando%20a%20express%203Cb%203EN%20dispon%20Dve%203C%20Fb%203E%20a%20fim%20de%20evitar%20a%20individualiza%20E7%20da%20informa%20E7%20.&uf=rs)>. Acesso em: 04 fev. 2013.

MANUAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. EMATER/RS-ASCAR, FETAG/RS, Prefeituras Municipais dos Vales do Rio dos Sinos e Paranhana - Encosta das Serras. - 2. Ed. Porto Alegre: EMATER/RS- ASCAR, 2006. 52 p.

MIELE, Marcelo; WAQUIL, Paulo Dabdab; SCHULTZ, Glauco. Mercados e comercialização de produtos agroindustriais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, 62 p.

NOTÍCIAS AGRÍCOLAS. Tempos de expansão no mercado de hortaliças (2010). Disponível em: <http://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/hortifruti/70770-tempos-de-expansao-no-mercado-de-hortalicas.html>>. Acesso em: 25 jan. 2013

PELEGRINI, Gelson; GAZOLLA, Marcio. **A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul**: limites e potencialidades a sua reprodução social. Frederico Westphalen: Editora da URI, 2008, 195 p.

PLOEG, Jan Douve van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização; tradução Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, 372 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DOS RATOS- RS. Disponível em: <<http://www.arroiodosratos.rs.gov.br>>. Acesso em: 19 jan. 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. Atlas de Desenvolvimento Humano, 2003. Disponível em:< <http://www.pnud.org.br>> acesso em: 10 abr. 2013

REVISTA EXPOAGRO. Publicação da Associação dos Fumicultores do Brasil- Afubra. Santa Cruz do Sul: Gráfica e Editora Pallotti, 2013, 70 p.

REVISTA FAFEC. Feira da agricultura familiar e empresarial de Camaquã - RS. Out. 2010/ ano III/ Nº 2/Pág. 04

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA- SMEC. Banco de dados. Arroio dos Ratos [s. ed.], 2012

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A Pesquisa científica In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 120 p.

SULSZBACH, Ervino Lothar. **Arroio dos Ratos**: Berço da Indústria Carbonífera Nacional. Arroio dos Ratos. Ed. Gráfica PBS, 2 ed. 1989, 172 p.

TRENTO, Edison José *et al.* Comercialização de Frutas, legumes e Verduras. Paraná, PR. Instituto Emater, 2011. Disponível em: <<http://www.asbraer.org.br/arquivos/bibl/79-com.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2013.

TRICHES, Rozane Márcia. **Reconectando a produção ao consumo**: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento

Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

VILAS BOAS, Luiz Henrique de Barros. **Comportamento do consumidor de produtos orgânicos**: uma análise na perspectiva da teoria da cadeia de meios e fins. 2005. 222 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2005.

VILLA REAL, Luciana Correia. **A Problemática da produção e consumo de alimentos e o lugar da alimentação escolar**: uma revisão de literatura. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011. Disponível em:
<http://www.ufrgs.br/pgdr/dissertacoes_teses/arquivos/mestrado/PGDR_M_141_LUCIANA_REAL.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2012

WANDERLEY, Maria Nazaré Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: PELEGRINI, Gelson; GAZOLLA, Marcio. **A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul**: Limites e potencialidades a sua reprodução social. Frederico Westphalen. Ed. da URI, 2008, p. 66.

WAQUIL, Paulo Dabdab; MIELE, Marcelo; SCHULTZ, Glauco. **Mercado e comercialização de produtos agrícolas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010, 71 p.

WILKINSON, John. Agricultura familiar e mercados velhos e novos. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós- graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. 2008. Disponível em:
<http://www.ufcg.edu.br/~cedrus/downloads/schneider/j_wilkinson_agricultura_familiar_e_mercados.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2013.

WÜLFING, Astor Fernando. **Mercados locais e não comoditários para produtos da agricultura familiar**: ensaiando uma análise no rio grande do sul. Monografia de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de ciências humanas e sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2002. Disponível em:
<http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Mono_Astor_wulfing.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2013

APÊNDICE A

Roteiro de Entrevista – Agricultor Familiar

Nome:.....

Profissão:.....

Local/Data:.....

Aluno (a) entrevistador (a):.....

A) Informações sobre a organização das atividades realizadas pelo agricultor e da produção agrícola.

- 1) Quando e porque o Sr (a) iniciou a prática agrícola em Arroio dos Ratos?
- 2) Qual a sua idade? Frequentou a escola? Até que série?
- 3) Qual o tamanho da propriedade? Ela serve de moradia? Esta área é própria ou arrendada?
- 4) Quantos hectares o Sr (a) cultiva nesta área?
- 5) Quais produtos são cultivados? Em média, qual a quantidade cultivada de cada produto?
- 6) O Sr (a) ainda trabalha nos cultivos? A mão de obra utilizada é somente familiar? Existe a necessidade de empregados contratados ou temporários?
- 7) Se for preciso o Sr (a) se ausentar da propriedade, tem alguém para substituí-lo nas tarefas? Quem?
- 8) A propriedade possui transporte adequado para os produtos?
- 9) Como o Sr (a) classifica as estradas de acesso à propriedade? E as demais estradas do município?
- 10) O que o Sr (a) cultiva em cada um dos doze meses do ano?
- 11) O Sr (a) considera necessário aumentar a diversidade e/ou quantidade de produtos cultivados? Por quê?
- 12) O Sr (a) costuma controlar seus custos de produção? Por que, e de que maneira é realizado esse controle?
- 13) Se o Sr (a) precisasse investir na propriedade, seria fácil o acesso a empréstimos ou financiamentos? Por quê?
- 14) O Sr (a) conhece ou já ouviu falar do Fundo Agropecuário de Arroio dos Ratos, o FUNDAGRAR? Sabe como funciona? Sabe como participar?
- 15) O Sr (a) agro industrializa seus produtos? Existe alguma dificuldade ou empecilho para que o faça? Qual (s)?

- 16) Os equipamentos utilizados para a produção são suficientes? O que impede a aquisição de novos equipamentos? O Sr (a) considera necessário ou gostaria de adquirir novos equipamentos? Qual (s)?
- 17) Para adquirir as novas tecnologias qual (s) seria para o Sr (a) a maior dificuldade?
- 18) O Sr (a) possui produção excedente? A mesma é destinada ao comércio? Onde?
- 19) O Sr (a) recebe alguma orientação técnica? De quem?
- 20) Essa orientação recebida supre as necessidades para melhorar a produção?
- 21) O Sr (a) participa de alguma associação/organização local? Qual? Por quê?
- 22) O Sr (a) participa do PNAE? Quais as razões para a participação ou não participação no Programa?
- 23) Ao participar do PNAE, o Sr (a) obtém ou obteve alguma vantagem? Qual (s)?
- 24) Quais produtos e quantidade o Sr (a) entrega para a alimentação escolar?
- 25) O Sr (a) gostaria de aumentar a diversidade e quantidade de produtos entregues para as escolas? Existe algum fator limitante para que isso aconteça? Qual (s)?
- 26) Com que frequência esses produtos são entregues?
- 27) Em sua opinião o que impede que mais agricultores participem/comercializem para o PNAE em Arroio dos Ratos?

ROTEIRO DE ENTREVISTA – INSTITUIÇÕES E SECRETARIAS MUNICIPAIS

Instituição:.....
Nome entrevistado:.....
Atividade exercida:.....
Local/ Data:.....
Aluno (a) entrevistador (a):.....

B) Informações sobre a organização das atividades realizadas pela extensão rural (EMATER) e Secretaria Municipal da Agricultura junto à produção agrícola local.

- 1) Qual a sua função/tarefa na instituição?
- 2) Há quanto tempo exerce suas atividades nesta instituição? E no município de Arroio dos Ratos?
- 3) Desde quando o município participa do PNAE?

- 4) Em média, quantos agricultores familiares existem no município? Quantos participam do PNAE?
- 5) Em relação à oferta e à demanda existe a necessidade de aumentar o número de agricultores participantes? Por quê?
- 6) Você tem noção do que é necessário para uma maior participação dos agricultores? Existe algo que impeça a solução desse problema? O quê?
- 7) Em sua opinião o que impede que mais agricultores participem/comercializem para o PNAE em Arroio dos Ratos?
- 8) Qual (s) expectativa do governo municipal em fortalecer ou incentivar a participação dos agricultores no PNAE?

C) Informações sobre a organização das atividades realizadas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) na aquisição de produtos e demanda da alimentação escolar.

- 1) Qual a sua função/tarefa na instituição?
- 2) Há quanto tempo exerce suas atividades nesta instituição? E no município de Arroio dos Ratos?
- 3) Desde quando o município participa do PNAE?
- 4) Em relação à oferta e à demanda existe a necessidade de aumentar o número de agricultores participantes?
- 5) Quantas escolas existem no município? Quantas são beneficiadas pelo programa?
- 6) Qual o número de alunos atendidos pelo programa (PNAE)?
- 7) Quantos alunos consomem os produtos adquiridos pelo PNAE exclusivamente da agricultura familiar?
- 8) Quais os produtos e qual a quantidade são entregues pelos agricultores para as escolas?
- 9) Quais os produtos e qual a quantidade são demandadas pelas escolas?
- 10) Quais os critérios adotados pela instituição para a compra desses produtos?
- 11) Quem é o responsável pela compra dos produtos? E pela elaboração do cardápio?
- 12) Essa instituição realizou alguma pesquisa para conhecer a oferta local dos produtos em relação à demanda das escolas?

13) A frequência de entrega dos produtos para as escolas é suficiente ou poderia/deveria aumentar?

14) As escolas possuem local adequado para armazenar os produtos/alimentos? Qual (s)?

15) Quanto aos equipamentos necessários à integridade dos produtos/alimentos (freezer, geladeira, entre outros), as escolas possuem o necessário? Qual (s) e quantos?

16) Quem prepara os alimentos nas escolas?

17) Qual o número de merendeiras por escola? Esse número é suficiente? Poderia/deveria aumentar?

18) A gestão municipal através desta instituição disponibiliza algum curso de qualificação/capacitação às merendeiras, para o exercício da função? Qual (s)?

19) Em sua opinião a oferta de produtos locais supre a demanda das escolas? O que poderia mudar ou melhorar?

D) Informações sobre a organização e dificuldades das atividades realizadas pelas merendeiras junto à alimentação escolar local.

1) Qual a sua função/tarefa na instituição?

2) Há quanto tempo exerce suas atividades nesta instituição?

3) Quantas merendeiras atuam nesta escola?

4) Você considera necessário adquirir maior quantidade e variedade de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar?

5) Se esta escola adquirisse maior variedade e quantidade de produtos da agricultura familiar, o atual número de merendeiras seria suficiente para o preparo?

6) Qual a maior dificuldade você enfrenta no preparo dos alimentos?

7) Todos os alunos dessa escola consomem os produtos da agricultura familiar na alimentação escolar?

8) Em sua opinião o que seria preciso para que todos consumissem?

9) Os alunos que consomem aprovam a alimentação oferecida ou preferem outro tipo de merenda? Qual?

10) Em sua opinião a oferta da alimentação escolar poderia/deveria melhorar? Como?

ANEXO A

**I Cadastro do Agricultor Familiar (CAF)**

a) Ano Agrícola de utilização do crédito: de ____/____/____ até ____/____/____

b) Identificação do(a) Agricultor(a) Familiar:

1. Nome: _____ 2. Sexo: _____ 3. CPF: _____
 4. Nome da mãe: _____ *5. Apelido: _____
 6. Data de nascimento: ____/____/____ * 7. RG: _____ * 8. UF do Órgão emissor: _____ *9. NIS: _____
 10. Código IBGE do município de nascimento: _____ 11. Número de pessoas da família residentes no estabelecimento: _____ 12. Estado civil: _____ 13. Escolaridade: _____ 14. Local de Residência: _____ 15. Endereço: _____ Nº: _____ Bairro: _____
 16. Município: _____ 17. CEP: _____ - _____ 18. UF: _____ c)

Características Sócio-Econômicas do(a) Agricultor(a) Familiar:

1. Pertence a alguma organização social: _____, _____, _____, _____, _____
 2. Condição de posse e uso da terra: _____, _____, _____, _____, _____
 3. Atividades principais: _____, _____, _____, _____, _____
 4. Área do estabelecimento: _____ hectares.
 5. Área menor ou igual a 4 (quatro) módulos fiscais, ou menor que 6 (seis) módulos fiscais no caso de pecuarista familiar? _____ (1=sim 2=não)
 6. Composição da renda bruta familiar anual de enquadramento:
 i. 100% da renda de integração ou regime de parceria com agroindústrias provenientes das atividades de avicultura ou suinocultura R\$ _____,00
 ii. 50% da renda proveniente das seguintes atividades agropecuárias: aquicultura, avicultura não integrada, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, suinocultura não integrada e/ou sericultura.....+R\$ _____,00
 iii. 100% das rendas provenientes de outras atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento+R\$ _____,00
 iv. 100% das rendas não rurais, excluídos os proventos de benefícios previdenciários de atividades rurais e de outros benefícios sociais...+R\$ _____,00
 Total.....=R\$ _____,00
 vi. 100% de rendas vinculadas à benefícios previdenciários decorrentes de atividades rurais..... R\$ _____,00 7 A renda bruta familiar anual proveniente das atividades desenvolvidas no estabelecimento é de no mínimo 80%? _____ (1=sim 2=não)
 8. Força de trabalho utilizada além da familiar: i. () Não contrata
 ii. () Contrata empregados eventuais: quantidade de dia homens / ano: _____
 iii. () Contrata empregados permanentes: () 1; () 2; () 3 ou mais.

II Informações Complementares**a) Reordenamento fundiário:**

1. É beneficiário (a) de algum programa de reordenamento fundiário: _____ (1=sim 2=não)

2. Qual programa de reordenamento fundiário: _____

b) Se beneficiário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), Banco da Terra, FCPR ou Prog. 1ª Terra:

1. Já recebeu crédito de estruturação produtiva do Pronaf Grupo "A": _____ (1=sim 2=não) 2. Montante recebido? R\$ _____

c) Destinação da Operação de Crédito (casos especiais): _____, _____, _____, _____

d) Enquadramentos Anteriores:

1. Já obteve anteriormente crédito amparo pelo Pronaf? _____ (1=sim 2=não) 2. Se sim, sob qual grupo? _____

e) Se, casado, completar com os seguintes dados:

1. Regime do casamento: _____ 2. CPF do cônjuge: _____ - _____

3. Nome do cônjuge _____

4. Data de nascimento do cônjuge: _____

f) Imóveis Rurais: 1. Nº de imóveis explorados: _____

Sobre o imóvel principal:

2. Denominação do imóvel: _____

3. Localização do Imóvel: _____ 4. Área do estabelecimento: _____, ____ ha

5. É proprietário do imóvel principal?: _____ (1=sim 2=não) 6. Nome ou razão social do proprietário: _____

7. CPF/ CNPJ do proprietário: _____ - _____

III Declaração do (a) interessado (a)

Declaro, sob as penas da lei (art. 299 do Código Penal), que as informações acima correspondem à verdade.

Local: _____ Data: ____/____/____

Assinatura: _____

IV Atestado da(s) Entidades credenciada(s) pelo MDA

Atesto que o (a) interessado (a) acima identificado (a) atende aos critérios definidos no Manual de Crédito Rural para enquadramento como

beneficiário (a) do Crédito Rural do PRONAF, no seguinte grupo de enquadramento: 1. Código: _____ 2. Grupo: _____ 3. Sobre-teto: _____ %

Instituição: _____ Instituição: _____ Instituição: _____

Representante: _____ Representante: _____ Representante: _____ Local e data: _____

Local e data: _____ Local e data: _____ Local e data: _____ Entidade

Extensionista Entidade Sindical INCRA/ Banco da Terra/ FCPR/ PNIª Terra

Atenção: este documento é gratuito

* CAMPOS NÃO OBRIGATORIOS

Fonte: Companhia nacional de Abastecimento (CONAB, 2003)

ANEXO B

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DOS RATOS

Chamada Pública nº 001/2012 para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar com Dispensa de Licitação, Lei nº 11.947, de 16/07/2009, Resolução nº 38 do FNDE, de 16/07/2009.

A Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos, pessoa jurídica de direito público, com sede no Largo do Mineiro, 195, centro inscrita no CNPJ 88.363.072.0001/44, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. José Carlos Garcia de Azeredo, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art. 21 da Lei 11.947/2009 e na Resolução do FNDE/CD nº 38/2009, através da Secretaria Municipal da Administração, vem realizar Chamada Pública para **Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural**, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, durante o período de Março, Abril e Maio de 2012. Os grupos informais deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda até o dia **08 de março de 2012** na Secretaria Municipal da Administração, com sede no Largo do Mineiro, 195.

1-Objeto

O Objeto da presente Chamada é a aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme especificações dos gêneros alimentícios abaixo:

1.1) SECRETARIA M. DA EDUCAÇÃO- SOLICITAÇÃO 091 – ENSINO FUNDAMENTAL

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL
1	21	KG	CENOURA, TAMANHO MÉDIO, BOM ESTADO DE MATURAÇÃO		
2	390	KG	QUEIJO TIPO LANCHE, RESFRIADO, EMBALADO		
3	48	KG	MORANGA CABOTIÁ		
4	15	UN	REPOLHO BRANCO (UNIDADE)		
5	66	UN	BROCÓLIS, TAMANHO MÉDIO		
6	120	UN	ALFACE CRESPA		
7	120	UN	TEMPERO VERDE (MOLHO TAM. MÉDIO)		
89	45	UN	COUVE MOLHO TAM. MÉDIO		
10	45	KG	BETERRABA		
11	900	LITROS	BEBIDA LACTEA INTEGRAL SABOR MORANGO, (EMBALAGEM 01 LITRO)		
12	1800	LITROS	LEITE INTEGRAL, UHT, EMBALAGEM TETRA PACK (1 LITRO)		
13	45	UN	COUVE – FLOR, MOLHO TAM. MÉDIO		
14	21	KG	PIMENTÃO VERDE, BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
15	90	KG	FEIJÃO PRETO, TIPO 1 ESCOLHIDO, DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 3		

Fonte: Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos- 2012